



Anais da Assembléia

N. 135

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1985

SEGUNDA-FEIRA

MENSAGEM N. 216/85

Curitiba, 25 de novembro de 1985.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Péricles Pacheco e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Germote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 215/85

Curitiba, 25 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 30 de outubro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Santo Antônio do Caiuá, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados em 12 de novembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, objetivando a execução e implementação de atividades constantes do “III PROJETO EBTU/BIRD, subprojeto PROPAV”, que visa a implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes públicos:

Município	N. do Convênio
Araucária	39/85
Colombo	40/85
Piraquara	41/85
São José dos Pinhais	42/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 217/85

Curitiba, 27 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos firmados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a Convênios celebrados com os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL – PRAM:

Município	N. e data do aditivo	N. e data do convênio aditado
ABATIÁ	001/85-30/04/85	068/84-04/07/84
ADRIANÓPOLIS	002/85-30/04/85	069/84-04/07/84
AGUDOS DO SUL	003/85-30/04/85	070/84-04/07/84
ALTAMIRA DO PR.	004/85-30/04/85	071/84-04/07/84
ALTO PARANÁ	005/85-30/04/85	072/84-04/07/84
ALTO PIQUIRI	006/85-30/04/85	073/84-04/07/84
ALTÔNIA	007/85-30/04/85	074/84-04/07/84
ALVORADA DO SUL	008/85-30/04/85	075/84-04/07/84
AMAPORÁ	009/85-30/04/85	076/84-04/07/84
AMPÉRE	010/85-30/04/85	077/84-04/07/84
ANDIRÁ	011/85-30/04/85	078/84-04/07/84
ANTONINA	012/85-30/04/85	079/84-04/07/84
ANTÔNIO OLINTO	013/85-30/04/85	080/84-04/07/84
ARAPONGAS	014/85-30/04/85	081/84-04/07/84
ARAPOTI	015/85-30/04/85	082/84-04/07/84
ARARUNA	016/85-30/04/85	083/84-04/07/84
ASSAÍ	017/85-30/04/85	084/84-04/07/84
ASSIS CHATEUBRIAND	018/85-30/04/85	085/84-04/07/84
ASTORGA	019/85-30/04/85	086/84-04/07/84
ATALAIA	020/85-30/04/85	087/84-04/07/84
BANDEIRANTES	021/85-30/04/85	088/84-04/07/84

BARBOSA FERRAZ	022/85-30/04/85	089/84-04/07/84	GUARANIACU	089/85-30/04/85	156/84-04/07/84
BARRAÇÃO	023/85-30/04/85	090/84-04/07/84	GUARAQUECABA	090/85-30/04/85	157/84-04/07/84
BARRA DO JACARÉ	024/85-30/04/85	091/84-04/07/84	GUARATUBA	091/85-30/04/85	158/84-04/07/84
BELA V. DO PARAÍSO	025/85-30/04/85	092/84-04/07/84	IBAITI	092/85-30/04/85	159/84-04/07/84
BITURUNA	026/85-30/04/85	093/84-04/07/84	IBIPORÁ	093/85-30/04/85	160/84-04/07/84
BOA ESPERANÇA	027/85-30/04/85	094/84-04/07/84	ICARAÍMA	094/85-30/04/85	161/84-04/07/84
BOA V. DA APRECIDA	028/85-30/04/85	095/84-04/07/84	IGUARAÇU	095/85-30/04/85	162/84-04/07/84
BOM SUCESSO	029/85-30/04/85	096/84-04/07/84	IMBITUVA	096/85-30/04/85	163/84-04/07/84
BORRAZÓPOLIS	030/85-30/04/85	097/84-04/07/84	INÁCIO MARTINS	097/85-30/04/85	164/84-04/07/84
BRAGANEY	031/85-30/04/85	098/84-04/07/84	INAJÁ	098/85-30/04/85	165/84-04/07/84
CAFEARA	032/85-30/04/85	099/84-04/07/84	INDIANÓPOLIS	099/85-30/04/85	166/84-04/07/84
CAFELÂNDIA	033/85-30/04/85	100/84-04/07/84	IPIRANGA	100/85-30/04/85	167/84-04/07/84
CALIFÓRNIA	034/85-30/04/85	101/84-04/07/84	IPORÁ	101/85-30/04/85	168/84-04/07/84
CAMBARÁ	035/85-30/04/85	102/84-04/07/84	IRATI	102/85-30/04/85	169/84-04/07/84
CAMBÊ	036/85-30/04/85	103/84-04/07/84	IRETAMA	103/85-30/04/85	170/84-04/07/84
CAMBIRA	037/85-30/04/85	104/84-04/07/84	ITAGUAJÉ	104/85-30/04/85	171/84-04/07/84
CAMPINA DA LAGOA	038/85-30/04/85	105/84-04/07/84	ITAMBARACÁ	105/85-30/04/85	172/84-04/07/84
CAMPO DO TENENTE	039/85-30/04/85	106/84-04/07/84	ITAMBÉ	106/85-30/04/85	173/84-04/07/84
CAMPO MOURÃO	040/85-30/04/85	107/84-04/07/84	ITAJAÍ	107/85-30/04/85	174/84-04/07/84
CÂNDIDO DE ABREU	041/85-30/04/85	108/84-04/07/84	ITAÚNA DO SUL	108/85-30/04/85	175/84-04/07/84
CANTAGALO	042/85-30/04/85	109/84-04/07/84	IVAÍ	109/85-30/04/85	176/84-04/07/84
CAPANEMA	043/85-30/04/85	110/85-04/07/84	IVAIPORÁ	110/85-30/04/85	177/84-04/07/84
CAPITÃO L. MARQUES	044/85-30/04/85	111/85-04/07/84	IVATUBA	111/85-30/04/85	178/84-04/07/84
CARLÓPOLIS	045/85-30/04/85	112/84-04/07/84	JABOTI	112/85-30/04/85	179/84-04/07/84
CASTRO	046/85-30/04/85	113/84-04/07/84	JACAREZINHO	113/85-30/04/85	180/84-04/07/84
CATANDUVAS	047/85-30/04/85	114/84-04/07/84	JAGUAPITÁ	114/85-30/04/85	181/84-04/07/84
CENTENÁRIO DO SUL	048/85-30/04/85	115/84-04/07/84	JAGUARIAÍVA	115/85-30/04/85	182/84-04/07/84
CERRO AZUL	049/85-30/04/85	116/84-04/07/84	JANDAIA DO SUL	116/85-30/04/85	183/84-04/07/84
CÉU AZUL	050/85-30/04/85	117/84-04/07/84	JANIÓPOLIS	117/85-30/04/85	184/84-04/07/84
CHOPINZINHO	051/85-30/04/85	118/84-04/07/84	JAPIRA	118/85-30/04/85	185/84-04/07/84
CIANORTE	052/85-30/04/85	119/84-04/07/84	JAPURÁ	119/85-30/04/85	186/84-04/07/84
CIDADE GAÚCHA	053/85-30/04/85	120/84-04/07/84	JARDIM ALEGRE	120/85-30/04/85	187/84-04/07/84
CLEVELÂNDIA	054/85-30/04/85	121/84-04/07/84	JARDIM OLINDA	121/85-30/04/85	188/84-20/07/84
COLORADO	055/85-30/04/85	122/84-04/07/84	JATAIZINHO	122/85-30/04/85	189/84-04/07/84
CONGONHINHAS	056/85-30/04/85	123/84-04/07/84	JESUÍTA	123/85-30/04/85	190/84-04/07/84
CONSELH. MAIRINCK	057/85-30/04/85	124/84-04/07/84	JOAQUIM TÁVORA	124/85-30/04/85	191/84-04/07/84
CORBÉLIA	058/85-30/04/85	125/84-04/07/84	JUNDIAÍ DO SUL	125/85-30/04/85	192/84-20/07/84
CORNÉLIO PROCÓPIO	059/85-30/04/85	126/84-04/07/84	JURANDA	126/85-30/04/85	193/84-04/07/84
CORONEL VIVIDA	060/85-30/04/85	127/84-04/07/84	JUSSARA	127/85-30/04/85	194/84-04/07/84
CRUZ MACHADO	061/85-30/04/85	128/84-04/07/84	KALORÉ	128/85-30/04/85	195/84-04/07/84
CRUZEIRO DO OESTE	062/85-30/04/85	129/84-04/07/84	LAPA	129/85-30/04/85	196/84-04/07/84
CRUZEIRO DO SUL	063/85-30/04/85	130/84-04/07/84	LARANJEIRAS DO SUL	130/85-30/04/85	197/84-04/07/84
CURIÚVA	064/85-30/04/85	131/84-04/07/84	LEÓPOLIS	131/85-30/04/85	198/84-04/07/84
DIAMANTE DO NORTE	065/85-30/04/85	132/84-04/07/84	LOANDA	132/85-30/04/85	199/84-04/07/84
DOIS VIZINHOS	066/85-30/04/85	133/84-04/07/84	LOBATO	133/85-30/04/85	200/84-04/07/84
DOURADINA	067/85-30/04/85	134/84-04/07/84	LUNARDELLI	134/85-30/04/85	201/84-04/07/84
DOUTOR CAMARGO	068/85-30/04/85	135/84-04/07/84	LUPIONÓPOLIS	135/85-30/04/85	202/84-04/07/84
ENÉAS MARQUES	069/85-30/04/85	136/84-04/07/84	MALLET	136/85-30/04/85	203/84-20/07/84
ENGENHEIRO BELTRÃO	070/85-30/04/85	137/84-04/07/84	MAMBORÉ	137/85-30/04/85	204/84-04/07/84
FAXINAL	071/85-30/04/85	138/84-04/07/84	MANDAGUAÇU	138/85-30/04/85	205/84-04/07/84
FÊNIX	072/85-30/04/85	139/84-04/07/84	MANDAGUARI	139/85-30/04/85	206/84-04/07/84
FIGUEIRA	073/85-30/04/85	140/84-04/07/84	MANGUEIRINHA	140/85-30/04/85	207/84-04/07/84
FLORAÍ	074/85-30/04/85	141/84-04/07/84	MANOEL RIBAS	141/85-30/04/85	208/84-04/07/84
FLORESTA	075/85-30/04/85	142/84-04/07/84	MARECHAL CÂNDIDO		
FLORESTÓPOLIS	076/85-30/04/85	143/84-04/07/84	RONDON	142/85-30/04/85	209/84-04/07/84
FLÓRIDA	077/85-30/04/85	144/84-04/07/84	MARIA HELENA	143/85-30/04/85	210/84-04/07/84
FORMOSA DO OESTE	078/85-30/04/85	145/84-04/07/84	MARIALVA	144/85-30/04/85	211/84-04/07/84
FRANCISCO ALVES	079/85-30/04/85	146/84-04/07/84	MARILÂNDIA DO SUL	145/85-30/04/85	212/84-04/07/84
FRANCISCO BELTRÃO	080/85-30/04/85	147/84-04/07/84	MARILENA	146/85-30/04/85	213/84-04/07/84
GENERAL CARNEIRO	081/85-30/04/85	148/84-04/07/84	MARILUZ	147/85-30/04/85	214/84-04/07/84
GOIOERÉ	082/85-30/04/85	149/84-04/07/84	MARIÓPOLIS	148/85-30/04/85	215/84-04/07/84
GRANDES RIOS	083/85-30/04/85	150/84-04/07/84	MARMELEIRO	149/85-30/04/85	216/84-04/07/84
GUAÍRA	084/85-30/04/85	151/85-04/07/84	MARUMBI	150/85-30/04/85	217/84-04/07/84
GUAIRAÇÁ	085/85-30/04/85	152/84-04/07/84	MATELÂNDIA	151/85-30/04/85	218/84-04/07/84
GUAPIRAMA	086/85-30/04/85	153/84-04/07/84	MATINHOS	152/85-30/04/85	219/84-04/07/84
GUAPOREMA	087/85-30/04/85	154/85-04/07/84	MEDIANEIRA	153/85-30/04/85	220/84-04/07/84
GUARACI	088/85-30/04/85	155/84-04/07/84	MIRADOR	154/85-30/04/85	221/84-04/07/84
			MIRASSELVA	155/85-30/04/85	222/84-04/07/84

MISSAL	156/85-30/04/85	223/84-04/07/84	ROLÂNDIA	216/85-30/04/85	284/84-04/07/84
MOREIRA SALES	157/85-30/04/85	224/84-04/07/84	RONCADOR	217/85-30/04/85	285/84-04/07/84
MORRETES	158/85-30/04/85	225/84-04/07/84	RONDON	218/85-30/04/85	286/84-04/07/84
MUNHOZ DE MELLO	159/85-30/04/85	226/84-04/07/84	SABÁUDIA	219/85-30/04/85	287/84-04/07/84
NOSSA SENHORA DAS			SALGADO FILHO	220/85-30/04/85	288/84-04/07/84
GRAÇAS	160/85-30/04/85	227/84-04/07/84	SALTO DO ITARARÉ	221/85-30/04/85	289/84-04/07/84
NOVA ALIANÇA			SALTO DO LONTRA	222/85-30/04/85	290/84-04/07/84
DO IVAÍ	161/85-30/04/85	228/84-20/07/84	SANTA AMÉLIA	223/85-30/04/85	291/84-04/07/84
NOVA AMÉRICA			SANTA CECÍLIA		
DA COLINA	287/85-23/10/85	229/84-14/10/85	DO PAVÃO	224/85-30/04/85	292/84-04/07/84
NOVA AURORA	162/85-30/04/85	230/84-04/07/84	SANTA CRUZ DO		
NOVA CANTU	163/85-30/04/85	231/84-04/07/84	MONTE CASTELO	225/85-30/04/85	293/84-04/07/84
NOVA ESPERANÇA	164/85-30/04/85	232/84-04/07/84	SANTA FÉ	226/85-30/04/85	294/84-04/07/84
NOVA FÁTIMA	165/85-30/04/85	233/84-04/07/84	SANTA HELENA	227/85-30/04/85	295/84-04/07/84
NOVA LONDRINA	166/85-30/04/85	234/84-04/07/84	SANTA INÊS	228/85-30/04/85	296/84-04/07/84
NOVA OLÍMPIA	167/85-30/04/85	235/84-04/07/84	SANTA ISABEL		
NOVA PRATA DO			DO IVAÍ	229/85-30/04/85	297/84-04/07/84
IGUAÇU	168/85-30/04/85	236/84-04/07/84	SANTA IZABEL		
NOVA SANTA ROSA	169/85-30/04/85	237/84-04/07/84	DO OESTE	230/85-30/04/85	298/84-04/07/84
ORTIGUEIRA	170/85-30/04/85	238/84-04/07/84	SANTA MARIANA	286/85-16/08/85	299/84-16/08/85
OURIZONA	171/85-30/04/85	239/84-04/07/84	SANTA TEREZINHA		
PAIÇANDU	172/85-30/04/85	240/84-04/07/84	DO ITAIPU	231/85-30/04/85	300/84-04/07/84
PALMAS	173/85-30/04/85	241/84-04/07/84	SANTANA DO		
PALMEIRA	174/85-30/04/85	242/84-04/07/84	ITARARÉ	232/85-30/04/85	301/84-20/07/84
PALMITAL	175/85-30/04/85	243/84-04/07/84	SANTO ANTONIO		
PALOTINA	176/85-30/04/85	244/84-04/07/84	DA PLATINA	233/85-30/04/85	302/84-04/07/84
PARAÍSO DO NORTE	177/85-30/04/85	245/84-04/07/84	SANTO ANTONIO		
PARANACITY	178/85-30/04/85	246/84-04/07/84	DO CAIUÁ	234/85-30/04/85	303/84-04/07/84
PARANAPOEMA	179/85-30/04/85	247/84-04/07/84	SANTO ANTONIO		
PATO BRANCO	180/85-30/04/85	248/84-04/07/84	DO PARAÍSO	235/85-30/04/85	304/84-04/07/84
PAULA FREITAS	181/85-30/04/85	249/84-04/07/84	SANTO ANTONIO		
PAULO FRONTIN	182/85-30/04/85	250/84-04/07/84	DO SUDOESTE	236/85-30/04/85	305/84-04/07/84
PEABIRU	183/85-30/04/85	251/84-04/07/84	SANTO INÁCIO	237/85-30/04/85	306/84-04/07/84
PÉROLA	184/85-30/04/85	252/84-04/07/84	SÃO CARLOS DO IVAÍ	238/85-30/04/85	307/84-04/07/84
PÉROLA DO OESTE	185/85-30/04/85	253/84-04/07/84	SÃO JERÔNIMO		
PIÊN	186/85-30/04/85	254/84-04/07/84	DA SERRA	239/85-30/04/85	308/84-04/07/84
PINHALÃO	187/85-30/04/85	255/84-04/07/85	SÃO JOÃO	240/85-30/04/85	309/84-04/07/84
PINHÃO	188/85-30/04/85	256/84-04/07/84	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	241/85-30/04/85	310/84-04/07/84
PIRAÍ DO SUL	189/85-30/04/85	257/84-04/07/84	SÃO JOÃO DO IVAÍ	242/85-30/04/85	311/84-04/07/84
PITANGA	190/85-30/04/85	258/84-04/07/84	SÃO JOÃO DO		
PLANALTINA DO			TRIUNFO	243/85-30/04/85	312/84-04/07/84
PARANÁ	191/85-30/04/85	259/84-04/07/84	SÃO JORGE DO IVAÍ	244/85-30/04/85	313/84-04/07/84
PLANALTO	192/85-30/04/85	260/84-04/07/84	SÃO JORGE DO OESTE	245/85-30/04/85	314/84-04/07/84
PORECATU	193/85-30/04/85	261/84-04/07/84	SÃO JORGE		
PORTO AMAZONAS	194/85-30/04/85	262/84-04/07/84	DO PATROCÍNIO	246/85-30/04/85	315/84-04/07/84
PORTO RICO	195/85-30/04/85	263/84-04/07/84	SÃO JOSÉ DA		
PORTO VITÓRIA	196/85-30/04/85	264/84-04/07/84	BOA VISTA	247/85-30/04/85	316/84-04/07/84
PRANCHITA	197/85-30/04/85	265/84-04/07/84	SÃO MATEUS DO SUL	248/85-30/04/85	317/84-04/07/84
PRESIDENTE CASTELO			SÃO MIGUEL		
BRANCO	198/85-30/04/85	266/84-04/07/84	DO IGUAÇU	249/85-30/04/85	318/84-04/07/84
PRIMEIRO DE MAIO	199/85-30/04/85	267/84-04/07/84	SÃO PEDRO DO IVAÍ	250/85-30/04/85	319/84-04/07/84
PRUDENTÓPOLIS	200/85-30/04/85	268/84-04/07/84	SÃO PEDRO		
QUATIGUÁ	201/85-30/04/85	269/84-04/07/84	DO PARANÁ	251/85-30/04/85	320/84-04/07/84
QUEDAS DO IGUAÇU	202/85-30/04/85	270/84-04/07/84	SÃO SEBASTIÃO		
QUERÊNCIA DO			DA AMOREIRA	252/85-30/04/85	321/84-04/07/84
NORTE	203/85-30/04/85	271/84-04/07/84	SÃO TOMÉ	253/85-30/04/85	322/84-04/07/84
QUINTA DO SOL	204/85-30/04/85	272/84-20/07/84	SAPOPEMA	254/85-30/04/85	323/84-04/07/84
QUITANDINHA	205/85-30/04/85	273/84-04/07/84	SARANDI	255/85-30/04/85	324/84-04/07/84
RANCHO ALEGRE	206/85-30/04/85	274/84-04/07/84	SENGÊS	256/85-30/04/85	325/84-04/07/84
REALEZA	207/85-30/04/85	275/84-04/07/84	SERTANEJA	257/85-30/04/85	326/84-04/07/84
REBOUÇAS	208/85-30/04/85	276/84-04/07/84	SERTANÓPOLIS	258/85-30/04/85	327/84-04/07/84
RENASCENÇA	209/85-30/04/85	277/84-04/07/84	SIQUEIRA CAMPOS	259/85-30/04/85	328/84-04/07/84
RESERVA	210/85-30/04/85	278/84-04/07/84	TAMBOARA	260/85-30/04/85	329/84-04/07/84
RIBEIRÃO CLARO	211/85-30/04/85	279/84-04/07/84	TAPEJARA	261/85-30/04/85	330/84-04/07/84
RIBEIRÃO DO PINHAL	212/85-30/04/85	280/84-04/07/84	TAPIRA	262/85-30/04/85	331/84-04/07/84
RIO AZUL	213/85-30/04/85	281/84-04/07/84	TEIXEIRA SOARES	263/85-30/04/85	332/84-04/07/84
RIO BOM	214/85-30/04/85	282/84-04/07/84	TELÉMACO BORBA	264/85-30/04/85	333/84-04/07/84
RIO NEGRO	215/85-30/04/85	283/84-04/07/84	TERRA BOA	265/85-30/04/85	334/84-04/07/84

TERRA RICA	266/85-30/04/85	335/84-04/07/84
TERRA ROXA	267/85-30/04/85	336/84-04/07/84
TIBAGI	268/85-30/04/85	337/84-04/07/84
TIJUCAS DO SUL	269/85-30/04/85	338/84-04/07/84
TOLEDO	270/85-30/04/85	339/84-04/07/84
TOMAZINA	271/85-30/04/85	340/84-04/07/84
TRÊS BARRAS		
DO PARANÁ	272/85-30/04/85	341/84-04/07/84
TUNEIRAS DO OESTE	273/85-30/04/85	342/84-04/07/84
TUPASSI	274/85-30/04/85	343/84-04/07/84
TURVO	275/85-30/04/85	344/84-04/07/84
UBIRATÃ	276/85-30/04/85	345/84-04/07/84
UMUARAMA	277/85-30/04/85	346/84-04/07/84
UNIÃO DA VITÓRIA	278/85-30/04/85	347/84-04/07/84
UNIFLOR	279/85-30/04/85	348/84-04/07/84
URAI	280/85-30/04/85	349/84-04/07/84
VERA CRUZ DO OESTE	281/85-30/04/85	350/84-04/07/84
VERÊ	282/85-30/04/85	351/84-04/07/84
VITORINO	283/85-30/04/85	352/84-04/07/84
WENCESLAU BRAZ	284/85-30/04/85	353/84-04/07/84
XAMBRÊ	285/85-30/04/85	354/84-04/07/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 218/85

Curitiba, 27 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, conforme especifica.

A medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa vem atender o anseio da classe empresarial, refletindo a sensibilidade da administração frente à crescente inflação que tem assolado o País, fazendo com que o ônus da correção monetária se torne insuportável pelas empresas que, por questões de ordem econômica, não puderam efetuar o pagamento do ICM nos prazos normais.

A situação, agravada pela imposição das multas tende a impedir a solvência dos débitos para com o fisco provocando, paralelamente, além de grande volume acumulado na dívida ativa do Estado, igual número de ações executivas perante o Poder Judiciário, já bastante estrangulado, sem falar-se nos reflexos no crédito dos contribuintes tidos como inadimplentes.

Com a medida ora proposta, se propiciará, não só a recuperação das empresas, como também, acréscimo e antecipação de receita face ao incentivo dado aos pagamentos, quer a vista como parceladamente.

Como a lei busca alcançar empresas que em razão da crise econômica não puderam saldar seus compromissos com o Estado e não aqueles inadimplentes habituais, coloca-se como condicionante ao benefício a existência de regularidade nas obrigações posteriores ao período alcançado pelos favores da Lei.

Especificamente o benefício que está sendo concedido para facilitar às empresas regularizarem seus passivos tributários é o da redução nos valores das multas, dos juros e da correção monetária

em 70%.

O valor assim reduzido poderá ser pago em parcela única ou em até 6 parcelas acrescidas de juros e correção monetária vincendos.

O anteprojeto prevê ainda a remissão de créditos tributários iguais ou inferiores a (10) dez Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, indistintamente, o que se encontra dentro dos parâmetros estabelecidos em Convênios anteriores firmados pelo Paraná com outros Estados Federados.

Certo de que a posição formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1.º - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) cometida anteriormente a 1.º de julho de 1985, terão a sua regularização incentivada mediante a dispensa do pagamento de 70% (setenta por cento) dos valores de multa, dos juros e da correção monetária, desde que o pagamento do restante seja feito:

I - em única parcela no prazo de até 60 dias contados da data da publicação desta Lei, ou;

II - em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas acrescidas dos juros e da correção monetária vincendos, devendo a primeira parcela ser paga no prazo referido no inciso anterior.

Parágrafo Único - A fruição dos benefícios previstos neste artigo é condicionada a que o imposto declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM (GIA/ICM), vencido entre 1.º de julho e a data da publicação desta Lei, esteja integralmente quitado.

Art.2.º - Os valores de ICM ainda não objeto de lançamento cujos prazos de pagamento tenham expirado anteriormente a 1.º de julho de 1985, poderão ser pagos, sem multa, com os demais benefícios previstos no artigo anterior, desde que identificados e declarados formalmente pelo devedor à repartição fiscal do seu domicílio tributário no ato do pagamento da parcela única ou da 1.ª parcela, conforme o caso.

Art.3.º - O saldo devedor dos créditos tributários que estejam sendo pagos através de parcelamento poderão ser resolvidos com os incentivos previstos no artigo 1.º.

Art.4.º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalendo os benefícios desta Lei apenas proporcionalmente os valores das parcelas pagas, sendo as quantias não pagas automaticamente inscritas em Dívida Ativa para cobrança judicial ou lançadas em Auto de Infração, no caso do artigo 2.º.

Art.5.º - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança executiva o sujeito passivo deverá comprovar, previamente, a quitação dos encargos e despesas processuais.

Art.6.º - Ficam extintos os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do ICM cometidas anteriormente a 1.º de outubro de 1985, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, cujo valor atualizado até a data da publicação desta Lei, seja igual ou inferior a 10 (dez) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) do mês de outubro de 1985.

Parágrafo Único - o disposto neste artigo não se aplica saldos ou prestações de parcelamento de créditos tributários em que o valor total parcelado seja superior a 10 (dez) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) do mês de outubro de 1985.

Art. 7.º - Os benefícios desta Lei aplicam-se aos débitos de responsabilidade funcional apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cuja intimação tenha sido expedida até a data da publicação desta Lei, exceto quanto aos débitos oriundos ou ilícitos penais.

Art. 8.º - O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de créditos tributários já extintos.

Art. 9.º - Esta Lei será regulamentada por norma complementar que a Secretaria das Finanças fica autorizada a expedir nos termos do art. 52, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os n. DTL/103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111 e 115/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO OS Projetos de Lei n. 52, 89, 05, 87, 28, 82, 86, 47 e 67/85, os quais convertidos em Lei tomaram os n. 8.160, 8.162, 8.163, 8.164, 8.165, 8.166, 8.167, 8.168 e 8.172, respectivamente. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 24/85 que transforma em Fundação Estadual e Fundação Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que passem a tramitar em Regime de Urgência os Projetos de Lei n. 89/84 e 92/84, ambos de sua autoria, dos quais tratam respectivamente sobre o funcionamento das cantinas das Escolas da Rede Oficial de Ensino, e dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1.º e 2.º Graus, da Rede Oficial de Ensino.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 153/85, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ISSA JABUR, com 56 anos de idade, ocorrido na cidade de Londrina, no último dia 30 próximo passado.

O extinto era filho de Isaac Jabur e Korgie Miguel Jabur, ambos falecidos, era casado com a Senhora Maria Aparecida dos Santos Jabur, com a qual teve um filho, Rodrigo, com 3 anos de

idade. Deixa ainda os irmãos José Jabur, atual Prefeito Municipal de Porecatú, Nassib Jabur e Assib Izaque Jabur, ambos solteiros, e Layla Izaque Jabur Gomes, casada com o Senhor Leacir Celso Gomes.

Seu passamento veio a consternar toda a população de Porecatú, pois Issa era benquisto em toda a sociedade, além de ótimo filho, era muito conceituado na vida pública, foi vereador no período de 1968-1973, sendo nesta época o vereador mais votado do Município.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Sidnei Nino, 563, Porecatú-Pr., como também aos Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo daquele Município.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) FUAD NACLI.

Apoiamento: Anibal Khury.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, pelos 40 anos de fundação e pela posse da nova Diretoria, na pessoa de seu Presidente Senhor Desidério Peron.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná está comemorando nesta data 40 anos de existência, prestando inestimáveis serviços à sociedade paranaense.

Desde 29 de novembro de 1945, data em que iniciou seus trabalhos, vem colaborando de forma brilhante com os profissionais da classe jornalística, tomando-se assim, digno de registro, portanto, a passagem dos 40 anos de tão prestigioso Sindicato, com a posse da nova Diretoria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário voto de congratulações à Delegação Paranaense que participou recentemente do II ENDAL (II Encontro Nacional de Diretores Legislativos), ocorrido entre os dias 24 e 27 de novembro, na Capital Federal.

O Legislativo paranaense foi o pioneiro na missão de promover o conagração nacional das Casas de Leis, ao promover o I ENDAL, em novembro do ano passado. A Administração da nossa Assembléia Legislativa obteve reconhecimento nacional da parte dos administradores de outros Poderes Legislativos que aqui vieram e constataram os avanços alcançados nos setores Legislativo, Financeiro, Administrativo e de Processamento de Dados.

O Deputado também solicita que seja dado ciência do teor deste requerimento aos servidores Honorino Colla, Eloy Mezzadri, José Carlos Jabur, Moisés Abdalla Magalhães e ao Diretor Geral Ênio Malheiros, este último conduzido, por unanimidade, à Presidência do Conselho Nacional da ANDAL-Associação Nacional de Desenvolvimento de Atividades Legislativas, órgão que congrega os diretores de Casas Legislativas de todo o Brasil.

Requer, outrossim, que este requerimento seja extensivo ao Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli; ao 1.º Secretário do Senado Federal, Senador Enéas Faria e ao Senhor Lourival Zagonel, paranaense que é Diretor Geral do Senado Federal e que foi eleito Presidente da Comissão Executiva da ANDAL.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O II ENDAL-Encontro Nacional de Diretores Legislativos, assim como o I e a formação da ANDAL-Associação Nacional de Desenvolvimento de Atividades Legislativas, são fatores fundamentais para a consolidação da democracia no Brasil. Por isso, a participação do Diretor Geral, do Diretor Legislativo e dos Servidores Paranaenses, é merecedora de todos os elogios pelo reconhecimento alcançado. Igualmente merece elogios a iniciativa do Senado Federal, por meio do seu Presidente, 1.º Secretário e Diretor Geral em promover o II ENDAL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido da liberação de recursos orçamentários para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público municipal de Araruna.

Tendo em vista o término do ano que se aproxima, não há dúvida que se iniciam as preocupações com relação ao funcionalismo municipal da cidade de Araruna, posto que, para o cumprimento de tais obrigações trabalhistas, é necessário a aplicação de significativa parcela de já muito restrita dotação orçamentária.

Neste sentido, o presente expediente tem o fim especial que essa Governadoria, em conjunto com a Secretaria de Estado das Finanças, determine o auxílio que for preciso, possibilitando que os compromissos com os referido servidores daquela cidade sejam, efetivamente, honrados, conforme deseja o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Osvaldo Valarini.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, visando a obtenção de recurso para o pagamento do 13.º salário aos servidores pertencentes à municipalidade de Campina da Lagoa.

No que diz respeito aos servidores públicos, grande parte do orçamento municipal de Campina da Lagoa destina-se a atender o referido setor, no que tange aos seus vencimentos. Ademais, a folha de pagamento deste mês será dobrada, ante ao 13.º salário, cujo montante de recurso a Administração daquela cidade, conforme salienta o Chefe do Executivo, Doutor Joaquim Antônio de Lima, não dispõe.

Neste sentido, aguarda-se dessa Governadoria e Secretaria de Estado, o encaminhamento de medidas que possibilitem assegurar o cumprimento daquelas obrigações trabalhistas para com os servidores.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar

Curitiba, segunda, em 02.12.85

Social, para que seja remetida uma nova cota de soro destinada ao combate à desidratação no Distrito Administrativo de Rancho Alegre D'Oeste, pertencente à municipalidade de Goioerê.

O referido tipo de medicamento destina-se a atender as crianças que, ante ao calor reinante naquela região, estão sendo atingidas pela desidratação.

Diante de tal realidade, conforme acentua o Ilustríssimo Senhor Padre Marcelino Bravo, o posto de saúde se vê obrigado por vezes a não poder atender as crianças, face à ausência de medicamentos.

Assim sendo, baseando-se na iniciativa do Padre Marcelino, espera-se que essa Pasta, num menor espaço de tempo possível, libere maior quantidade de soro, a fim de não comprometer inclusive a própria vida de diversas crianças em Rancho Alegre D'Oeste.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no intuito da liberação de recursos de ordem financeira para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo da municipalidade de Boa Esperança.

A presente reivindicação fundamenta-se em iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Boa Esperança. Celso Buscariol afirma existir uma série de dificuldades com relação ao setor funcional, cuja folha de pagamento, tendo em vista às suas reais necessidades, já é responsável por considerada parcela do orçamento do Município, ainda mais agora, ante ao pagamento do 13.º salário, representando o dobro dos recursos.

Deste modo, espera-se, com os motivos aqui apresentados, que essa Governadoria do Estado e Secretaria de Estado das Finanças, possibilitem o apoio necessário para aquela Administração, no sentido de que a mesma possa cumprir com a referida obrigação trabalhista.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer o encaminhamento de Ofício aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro da Fazenda, solicitando-lhes que a aplicação do cálculo do I.N.P.C.A. seja procedida a partir de 1.º de dezembro, com os valores obtidos no correr daquele mês, a fim, de se honrar compromisso assumido com os investidores de Cadernetas de Poupança, através de ampla divulgação pelos mais diversos meios de comunicação.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JOSÉ SARNEY, Digníssimo Presidente da República e DILSON FUNARO, Digníssimo Ministro da Fazenda, solicitando-lhes que o cálculo para correção das Cadernetas de Poupança seja procedido de maneira usual (pela Fundação Getúlio Vargas), no corrente mês de novembro, com aplicação do I.N.P.C.A. após 31 de dezembro do corrente ano, de conformidade com os índices obtidos no curso do referido mês.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Depois de um período de retração por parte de seus inves-

titores, as Cadernetas de Poupança, mediante propaganda divulgada insistentemente nos mais diversos meios de comunicação, anunciando que havia voltado ao sistema anterior, com pagamento de juros, correção monetária calculada pela F.G.V. e demais isenções legais, voltaram a captar vultosas somas de recursos, pretendendo readquirir a confiança dos aplicadores.

Durante o mês de novembro em curso, os investidores acompanharam diariamente a evolução da inflação, pois, lhes estava assegurado um rendimento equivalente aos índices da Fundação Getúlio Vargas mais os juros correspondentes.

O Governo divulgou que os cálculos pelo I.N.P.C.A. ou I.P.C.A. somente seriam adotados a partir de janeiro de 1986.

A última entrevista publicada pela imprensa data de 27 do corrente mês de novembro. Esse fato poderá abalar a credibilidade do setor econômico da Nova República e até mesmo resultar numa fuga dos investidores.

É justo, portanto, que se aplique, em novembro, a correção que se esperava, ainda que procedidas as deduções correspondentes aos fatores integrantes do cálculo sujeitos a reparos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Estado das Finanças encarecendo a destinação de verbas para o pagamento do 13.^o salário aos servidores da municipalidade de Barbosa Ferraz.

É por demais conhecido a situação por que passa atualmente os Municípios brasileiros, fruto de todos estes anos em que gradativamente e violentamente o poder central tirou das cidades a maioria absoluta dos seus recursos, que foram para o Governo Federal, não havendo praticamente retorno algum, resultando daí as crises nas Prefeituras e, conseqüentemente, nas comunidades como um todo.

Mesmo diante às mudanças ocorridas por parte principalmente na estrutura do Governo Estadual, havendo tratamento mais justo e igualitário, muito dos problemas ainda persistem, e só desaparecerão quando ocorrer a tão esperada reforma tributária.

Dentre os vários problemas, sem nenhuma dúvida um dos maiores é relativo ao pagamento ao conjunto do funcionalismo municipal. Em Barbosa Ferraz a situação também é preocupante, uma vez que a Administração Municipal precisa de recursos por parte do Governo Estadual para garantir o pagamento do 13.^o salário aos seus servidores.

Diante pois, da exposição de motivos, aguarda-se dessa Governadoria do Estado e dessa Secretaria de Estado das Finanças o encaminhamento de medidas que possibilitem a concretização do presente pedido.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Previdência Social e Superintendente do INPS em nosso Estado, consubstanciados em apelo no sentido de que aquele órgão previdenciário nacional, construa, com urgência, uma unidade hospitalar do INPS em Campo Mourão - Pr.

Tal solicitação se faz atendendo aos reclamos da laboriosa população de Campo Mourão que para o tratamento hospitalar necessita, muitas vezes, se deslocar para outras regiões distantes, tendo em vista a carência de uma unidade hospitalar que atenda as necessidades do grande número de assistidos pela Previdência

Social.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do Editorial do Jornal "O Paraná" sob o Título CARTA ABERTA AO PRESIDENTE SARNEY, no qual o jornalista Emir Sfair faz a defesa da Construção da FERROVIA DA PRODUÇÃO. Requer ainda o envio de cópia do presente ao diretor do Jornal "O Paraná" Dr. Emir Sfair - Rua Pernambuco, 1592 - Cascavel.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Caro Presidente. Desculpe a intimidade mas temos algo em comum: como o senhor, também jamais sonhei em ser Presidente, fiz o curso de Direito trabalhando em jornal e o cheiro da tinta acabou sendo mais forte que o apelo da Justiça. O destino mudou a sua vida. Espero também que mude a nossa vida. Não pediria, o que vou pedir ao Senhor, a outros presidentes. Nem a Jânio - como o senhor, um bom escritor mas um homem mais ligado ao sobrenatural que a vida terrena, nem a Jango, um sonhador, nem a Castelo, um inflexível, nem a Costa e Silva, um demagogo. Não pediria a Médici, porque não me permitiriam a ele chegar, nem a Geisel apesar da intimidade que esta região tem com ele e muito menos com Figueiredo, pois ele podia me prender e arrebentar.

Mas com o senhor é mais fácil conversar. Afinal é na alma do poeta que repousam as esperanças de toda a Nação. E nós, embora críticos de setores de seu governo, confiamos na sua sensibilidade.

Presidente. Nós gostamos da história, apreciamos o nosso passado, mas nos preocupamos quando o passado remoto se torna presente. Nós somos grandes produtores de grãos e a última safra nos colocou numa liderança sem precedentes neste País. 64 por cento do trigo nacional saiu de nossos campos. Temos respondido a todos os apelos do governo, mesmo quando a responsabilidade da Nação estava em mãos incompetentes. Jamais vacilamos. Mas veja presidente: para chegarmos ao Porto de Paranaguá com nossa produção somos obrigados a transpor uma ferrovia inaugurada em 1885 pelo Imperador D. Pedro II. Esta é uma ferrovia que opera milagres. Segundo um estudo feito por técnicos japoneses, pelo volume que ela transporta, é possível que seus funcionários carreguem os vagões às costas. Mas o milagre maior, presidente, é que toda a nossa exportação se faz por mar e para chegar ao porto de Paranaguá, o Paraná tem duas opções viárias: a rodoviária e a ferroviária. Mas veja presidente: apesar de ser uma ferrovia obsoleta, com a mesma bitola métrica, a mesma rampa máxima de 3 por cento e as mesmas curvas de 71 metros, a ferrovia não fica muito atrás da capacidade da moderna rodovia, com duas pistas e todos os investimentos em asfalto, obras de arte, etc.

Calcule, presidente, si tivéssemos uma ferrovia moderna, saindo aqui da zona de produção, recebendo ramais do Paraguai e da Argentina, e chegando ao Porto de Paranaguá. Imagine, presidente, uma ferrovia com um comando integrado que a exemplo da Vale do Rio Doce, integra armazenamento, transporte rodo-hidro-ferroviário, porto e navegação marítima.

Uma estrada de ferro com seus trilhos estendidos de Assunção (Paraguai) e Misiones e Corrientes (Argentina) até o Porto de Parahaguá. Há um cálculo de carga para o fim do século: 28 milhões de toneladas de grãos, 5 milhões de toneladas de carga em geral.

A Ferrovia da Produção, presidente, é um elemento fundamental na viabilização de nossa agricultura, pois é inegável que sem a redução do preço do frete, através de mecanismos inteligentes, jamais conseguiremos ser competitivos a nível internacional.

Sonhamos até, presidente, pela qualidade de nossa soja, bem superior em teor de óleo e proteínas à soja americana. Juntar um dia a nossa produção à do Mato Grosso do Sul, da Argentina, do Paraguai, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e, com uma quantidade competitiva, criar o terceiro mercado "spot" do mundo, depois de New Orleans e Roterdã. Mas é preciso, pra que isso aconteça, que tenhamos preço a este só será possível no dia em que o frete sofrer a sonhada redução de US\$ 30 para US\$ 16 por tonelada.

A idéia, presidente, é de Francisco Simeão Rodrigues, um empresário que é misto de maranhense e paranaense e está encampada por todos os empresários de nosso Estado, pelos agricultores e pelas lideranças do Paraná, de Mato Grosso do Sul, do Paraguai e da Argentina (Misiones) o apoio não é político, todos querem participar com capital de risco. Mas precisamos de seu aval, de seu apoio, de sua palavra de ordem. O resto deixe conosco. Obrigado pela atenção, e felicidades na sua missão histórica. Pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

A Mesa retifica, concede a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste Pequeno Expediente, para fazer a leitura de documentos que a Casa Latinoamericana, entidade recentemente fundada no Paraná, traz a público nesta data. (Lê):

"A Casa Latinoamericana, em reunião realizada dia 01 de dezembro, ontem, deliberou manifestar seu repúdio à presença e a recepção oficial dispensada ao Embaixador Javier Llanes Fernandes, representante da ditadura militar assassina chilena.

Repúdio esse que assumiu os procedimentos e já na chegada do representante do Governo de Pinochet, ontem, ainda no Aeroporto Afonso Pena, deixar bem evidenciado a repulsa que os setores democráticos do Paraná têm com relação a esta visita. Manifestou também através de telex dirigido ao Sr. Governador do Estado, José Richa, ao Sr. Prefeito Municipal, Maurício Fruet, e ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Nilso Sguarezi, o fato de que em solidariedade ao povo chileno, vítima de massacres sistemáticos executados pela ditadura militar, que usurpou o poder democrático e assassinou o presidente Salvador Allende juntamente com milhares de chilenos, a Casa Latinoamericana julga inadmissível que o governo eleito pelo povo dispense atenção e honrarias a um representante deste governo ditatorial e sangrento.

Cumpramos ressaltar que na época do regime autoritário brasileiro, o PMDB que sustenta o atual Governo, não se reservava ambigüidades dessa natureza. Cedo ou tarde o povo julgara as promessas e as atitudes políticas que são tomadas em

seu nome.

A prática democrática exige intransigências nos seus princípios.

Saudações democráticas latinoamericanas."

Assinam e se solidarizam com esses documentos, com essa manifestação, o Partido dos Trabalhadores, a Associação Profissional dos Sociólogos do Paraná, a Executiva Estadual da Juventude do PMDB, o Partido Comunista Brasileiro e outras entidades que estão ainda neste momento anexando os seus pronunciamentos a essa atitude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos e companheiros. Tenho certeza que as forças democráticas do Paraná, como um todo, se unem à iniciativa da Casa Latinoamericana, repudiando a presença, em nosso Estado, do representante de um governo que hoje, isolado no Cone Sul, que já foi abrigo de ditaduras sanguinárias, mas que passa por um processo de redemocratização, mas que, no entanto, o povo chileno, junto com o povo paraguaio continua resistindo às arbitrariedades, aos assassinatos, ao exílio da sua aspiração por uma vida democrática.

A Assembleia Legislativa do Paraná hoje recebe, através da sua presidência, a visita protocolar dessa representação. E em nosso nome, e fazendo portanto às vezes de porta-voz das entidades já mencionadas, reafirmamos ser inadmissível se pensar em dispensar honrarias a quem não merece o mínimo respeito do povo brasileiro.

Eram essas as nossas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos, de forma alguma, ficar sem externar nossa solidariedade a todas as entidades democráticas, e em especial à Casa Latinoamericana, recém-criada em Curitiba, quando, de viva voz, externa o seu repúdio à ditadura militar chilena que tem à frente um general tutelado pela CIA Augusto Pinochet.

O governo democrata e socialista de Salvador Allende, em setembro de 1973, foi derrubado de forma sanguinária, entre as quais podemos lembrar a greve dos camioneiros. Nós temos em viva memória que Augusto Pinochet foi quem converteu até mesmo o Estádio Nacional de Santiago do Chile num grande campo de concentração, para nada menos que cem mil democratas, ainda em 1973.

Nós temos que, efetivamente, neste instante, denunciar a CIA como sendo a grande agente do colonialismo norte-americano que vem sangrando os dias da América Latina. Agente e testa-de-ferro do colonialismo norte-americano no Chile, é o mesmo homem ontem e hoje, que prossegue, segundo os próprios dizeres de Eduardo G., a entregar um Chile à sanha feroz do capitalismo internacional.

Augusto Pinochet legitimou as torturas, fez com que se ampliassem os mecanismos de corrupção, transformou o Chile num reduto da tirania. E nós estamos acostumados a assistir pela imprensa as cenas sangrentas, em que pessoas inocentes, crianças, jovens, homens e mulheres, chilenos patriotas, acabam enfrentando torturas e a própria morte nos seus sonhos, acima de toda e qualquer barreira, de devolver e ousar um dia aguar-dar e notar pelo retorno da democracia.

Este ano foi um ano rico de manifestações, contra um regime arbitrário e corrupto de Augusto Pinochet. As forças democráticas estão sumindo, são os trabalhadores, operários,

populares, todos com um único e exclusivo objetivo de restaurar a democracia no Chile. E desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciaremos aqui aquilo que o mundo inteiro já conhece, o Governo Augusto Pinochet, que é um governo enlameado, um governo déspota, sanguinário, sujo, que tem uma dívida enorme contraída, com relação ao mundo inteiro, porque está enlameado no sangue inocente do povo chileno que clama por liberdade. Neste dia, portanto, mesmo compreendendo a difícil e cada vez mais problemática, diremos assim, mesmo avaliando quão difícil é o relacionamento que à mercê de circunstância se faz entre tiranos, entre testas-de-ferro do colonialismo americano e entre as forças democráticas, nós aqui deixamos bem claro a nossa solidariedade ao repúdio apontado e anunciado, e aqui nesta Assembléia também vivenciado contra o ventríloquo Pinochet. Desta forma, portanto, queremos registrar nos Anais desta Casa um NÃO sonoro, contra todos aqueles generais que tão bem se prestaram, mas venderam a sua honra, a sua dignidade, o seu patriotismo, para que a América Latina se transformasse no apêndice dos interesses norte-americanos contra a nossa cada vez mais enfraquecida América.

Pinochet tem estimulado a formação de grupos paramilitares, e é por esta razão que, junto com todos os que protestam, o nosso protesto, contra o embaixador que aqui vem representá-lo. Nós, democratas, não podemos de forma alguma aceitar em silêncio que Javier Llahes Fernandez, em nome de Augusto Pinochet, venha tentar dar lição de autoritarismo do qual não temos a menor saudade, porque também o Brasil a sofreu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, neste instante, encaminhar requerimento à Mesa, de congratulações. Além disso, aproveitar a oportunidade para registrar aqui nesta Casa e nos Anais desta Casa, o II ENDAL, Encontro Nacional de Diretores da Assembléia Legislativa, realizado em Brasília, nos dias 24 a 27, em cujo encontro tivemos a honra de representar a Mesa Executiva e tivemos o prazer de formalizar, neste encontro, cujo primeiro encontro nasceu aqui no Paraná, nesta Assembléia Legislativa, e nesse segundo Encontro concretizamos ou assistimos a concretização da formação do ANDAL, Associação Nacional de Diretores de Assembléias Legislativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, são Encontros deste tipo que nascem para fortalecer o Poder Legislativo. E a propósito das manifestações aqui desta tribuna, hoje, às quais nos somamos, em que os resquícios da ditadura militar, que ainda sobrevive na América Latina, e em especial aqui hoje lembrado, no Chile, nada mais são do que ditaduras implantadas exatamente naqueles países onde o Poder Legislativo, Poder que congrega a maior representatividade popular, onde em sua Casa, em seu bojo, está representado o povo em todas as suas facções de categorias, não só políticas como também sociais.

É justamente nesses Encontros em que procuramos fortalecer o Poder Legislativo, porque entendemos que o Legislativo fraco, envergonhado, o Legislativo, como bem o disse o Senador Paulo Brossard, neste Encontro: "O Legislativo que é alvo de muitas críticas, combatido por parte da imprensa, que procura destacar tudo o que há de ruim e silencia nos momentos mais sóbrios e os atos mais dignos desta Casa, serve justamente para alimentar a ante-sala de qualquer tipo de ditadura."

Sr. Presidente, esse seria o registro que eu queria fazer e o requerimento que encaminho à Mesa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Álvaro Ventura, ex-Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, em 1942, e ex-Deputado Constituinte de 1934, Sr. Expedito Rocha, Presidente da Comissão Provisória Estadual do Partido Comunista Brasileiro, Sr. Manoel Izaías, Presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, representantes da juventude do PMDB, representantes da juventude comunista, Dr. José Antônio Maingué, representante do Conselho Regional de Medicina, Dr. Mauro Goulart, representante do Sindicato dos Médicos do Paraná e membro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, Sr. Brigadeiro Zola, Presidente do Centro Cultural Brasil - União Soviética no Paraná, amigos e companheiros. (Lê):

"O PCB — Partido Comunista Brasileiro, está de volta à tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná.

Em virtude de jamais, desde 1922, terem abandonado as lutas do povo por pão, terra e liberdade, em 12 de janeiro de 1948, também os comunistas do Paraná foram afastados da vida política legal. Nesse dia, há 38 anos, a reação cassava o mandato do Deputado Comunista José Rodrigues Vieira Netto, eleito pelo voto livre dos paranaenses em 1946.

Viva o Brasil! Viva o Partido Comunista!

Foi com estas palavras que Vieira Netto, advogado ilustre, brilhante professor universitário e liderança combativa da OAB, cidadão que, com inteligência e coragem, nunca capitulou o poder arbitrário que o perseguiu, especialmente após 1964, encerrou sua enriquecedora participação na vida parlamentar paranaense.

Neste momento, ocupo a mesma tribuna da qual Vieira Netto expressou o sentimento, o pensamento e a ação dos comunistas para formalizar meu desligamento da Bancada do PMDB e comunicar a instalação da representação do PCB neste Poder.

O Partido Comunista Brasileiro está de volta à Assembléia Legislativa do Paraná, como reflexo da sua presença na vida e nas lutas do povo.

Entendo que, ao assumir, enquanto deputado, a legenda do PCB, estou dando continuidade a uma tarefa que procurei cumprir com os melhores esforços de que sou capaz. Minha nova opção não caracteriza uma ruptura. Enquanto participante ativo da construção da frente democrática de oposição à ditadura conquistei amigos, companheiros, verdadeiros irmãos de luta. E com eles compartilhei e compartilho a lealdade e o respeito, aprofundados nos últimos meses de discussão sobre a nova realidade política e partidária que vivemos.

Para mim e para todos os que acompanham e compreendem minha luta e meus compromissos, é perfeitamente coerente a atitude que hoje anuncio. O aprofundamento da democracia que estamos construindo exige de todos a definição precisa de seus caminhos e dos caminhos que desejam para o País. Assim, ao adotar a legenda do PCB neste Poder, estou dando seguimento natural à tarefa parlamentar que me foi determinada pelo povo em 1982, através do voto de milhares de paranaenses, comunistas e não comunistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Amigos e Companheiros.

O Partido Comunista Brasileiro, com sua luta de ontem, hoje e amanhã, é o Partido político que mais se identifica com os ideais de uma sociedade justa, igualitária, democrática e socialista que ao longo de minha vida tenho perseguido.

Esta é uma afirmação ideológica. Compreendê-la implica tomar conhecimento de muitas respostas a uma mesma pergunta: Por que PCB?

Porque desde sua fundação, o PCB sempre esteve presente na luta da classe operária, dos camponeses, dos intelectuais, do povo, enfim, em defesa dos interesses nacionais e populares. Acumulou, também no Paraná, uma tradição de luta e de organização política da sociedade. Seja no movimento sindical urbano e rural, seja no movimento estudantil, das mulheres, dos índios, dos negros, jamais os comunistas deixaram de juntar suas forças nas lutas por mais liberdade e justiça social. Combateram sempre, ao lado das demais forças democráticas o arbítrio e obscurantismo, dando inestimável contribuição até mesmo em vidas humanas. Homenageio aqui, na lembrança dos nomes do jornalista Wladimir Herzog, e do operário Manoel Fiel Filho, todos os brasileiros que, comunistas ou não, foram martirizados pela repressão. Caíram na luta, deixando exemplos que se somam aos de um Zízimo de Carvalho, de uma Professora Nadir Cancian, de um Laelio de Andrade, de um professor Moacir Teixeira, de um Dr. Newton Câmara, todos comunistas paranaenses que, juntamente com muitos outros, contribuíram para a construção de um PCB representativo dos anseios da classe operária pela Revolução Socialista. Enfim, como muito bem expressou o grande poeta Ferreira Goulart: "Ao longo de sua história o PCB não se tornou o maior Partido do Ocidente nem mesmo do Brasil, mas quem contar a história do nosso povo e dos seus heróis tem que falar dele. Ou estará mentindo." Hoje, o PCB, a classe operária e os trabalhadores de uma forma geral continuam exigindo a anistia ampla, geral e irrestrita a militares e civis injustiçados pela ditadura.

Por que PCB?

Porque é a força política que mais créditos tem na luta pelo resgate da soberania nacional e pela Paz Mundial. A defesa do Brasil contra o tascismo, o imperialismo e as políticas entreguistas faz parte da sua história. Sendo um Partido essencialmente nacional, jamais deixou de ser internacionalista, como é necessário a um verdadeiro partido operário. Sempre se bateu pela autodeterminação dos povos e pela paz, tarefa da humanidade. É, inclusive, pela intransigência de suas posições em defesa dos interesses nacionais, que o PCB tem sido alvo das mentiras e dos preconceitos fabricados pela lucrativa indústria do anticomunismo que o capitalismo internacional alimenta com dólares extorquidos das nações economicamente dependentes. Exemplos disto são as ridículas comemorações, que há 50 anos se repetem, de fracassado levante armado da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Comemorações, ordens do dia, pronunciamentos com conteúdos que envergonham as Forças Armadas Brasileiras, pois são desprovidas de quaisquer comprovações historiográficas, como muito bem documentam os estudos e análises de insuspeitos historiadores e cientistas políticos da envergadura de um Professor Hélio Silva. Hoje, o PCB, a classe operária e os trabalhadores de uma forma geral exigem o fim do autoritarismo, a não interferência nos assuntos internos da Nicarágua, o reestabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, o apoio à luta antifascista no Chile e no Paraguai, o rompimento com a política do FMI e a imediata suspensão da imoral, injusta e impagável dívida externa brasileira de 105 bilhões de dólares.

Por que PCB?

Porque a conquista de mais liberdade, fruto da luta desenvolvida pelo povo através da ampla frente democrática construída nos últimos 21 anos de regime autoritário, nos permite hoje viver um quadro de pluripartidarismo. Nele, a política de frente, que a nosso ver continua sendo necessária, passa a ser arquitetada entre as forças sociais e partidos políticos realmente comprometidos com a consolidação da democracia. E a frente só terá viabilidade, doravante, se além de dar solução aos problemas sociais, for baseada em princípios, propostas e um programa acordado entre seus vários componentes, o que pressupõe uma maior clareza política e uma mais precisa nitidez ideológica, atributos inegáveis do PCB.

Por que PCB?

Porque cresce, no seio da sociedade brasileira, incluindo a paranaense, a insatisfação com uma democracia apenas política. Com ela, cresce a exigência de uma força política realmente comprometida com a realização das profundas transformações econômicas e sociais que o País reclama. E a construção de uma democracia que, além de política, seja também econômica e social, é o objetivo maior do PCB que, como vanguarda da classe operária, dos trabalhadores do campo e dos seus aliados, aponta no rumo do socialismo, cujo conteúdo pressupõe igualdade e justiça social, poder popular, liberdade e pluralismo. O socialismo não acaba, num passe de mágica, com os problemas da humanidade. Mas, como etapa de transição para uma futura sociedade comunista, esta sim igualitária e livre pela própria concepção da propriedade social dos meios de produção e pela superação de uma estrutura de classes sociais exploradas e exploradoras, é o único sistema político, econômico e social jamais pensado e implantado pelo homem que tem demonstrado perante a humanidade suas reais possibilidades de equacionar e dar soluções aos principais problemas sociais. Nós, comunistas, de maneira pluralista, sob a liderança e direcionamento do povo organizado — que para isto deve ser fortalecido politicamente com um PCB renovado, de massas com a participação nas estruturas da sociedade civil e através da independência nacional.

Por que PCB?

Porque foi a primeira força política nacional a falar em Reforma Agrária, e é hoje que tem uma proposta coerente e séria a respeito. Uma proposta anti-latifundiária e estimuladora da produção agrícola voltada ao consumo interno. Uma proposta que atende de fato aos interesses da moderna sociedade brasileira, marcadamente os dos trabalhadores rurais, certamente a classe mais explorada deste País ao longo da História. Hoje, afirmamos que foi o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, recentemente assinado pelo Presidente da República, é um retrocesso e está longe de se constituir no mecanismo legal capaz de equacionar a problemática agrária brasileira. O PCB insiste em alertar as demais forças democráticas comprometidas com a Reforma Agrária e com as aspirações populares: sem unidade, mobilização e lutas organizadas, não haverá mudanças. Os espaços de luta estão abertos. Há que explorá-los com decisão e consequência. Urge um plano de emergência para o campo brasileiro e particularmente para o paranaense. Não tenho dúvidas: se a incompetência política das atuais classes dirigentes e a insensibilidade social dos privilegiados teimarem em persistir na recusa de um avanço social na propriedade da terra, os trabalhadores do campo e da cidade farão valer sua força. E junto a eles continuaremos. Nós, os

comunistas do PCB e as demais forças do progresso não abrimos mão de uma nova Política Agrícola e de uma Reforma Agrária justa e democrática.

Por que PCB?

Porque já em 1965, em seu IV Congresso realizado na mais rigorosa clandestinidade, o PCB apontava o caminho da construção da frente política e da conquista da Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, como instrumento da luta para derrotar a ditadura. E agora a Constituinte vem aí, não tão livre, democrática e soberana como desejamos, mas a que conquistamos dentro da atual correlação de forças políticas. Continua sendo tarefa de todos os democratas lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional e dos outros instrumentos de exceção, pela instauração de uma representação proporcional autêntica, pelo controle efetivo do poder econômico nas eleições, pela completa abertura dos meios de comunicação a todas as forças políticas e pela realização de um referendo popular sobre a Constituição a ser elaborada, a fim de que o povo, único poder constituinte de fato, soberanamente aprecie o resultado do trabalho dos futuros constituintes. A Constituinte é um avanço, mas é insuficiente. Só o incansável combate em torno destas questões é que poderá garantir-lhe a verdadeira liberdade e a real democracia. Cumprir e este é o compromisso do PCB, com que tal avanço seja transformado em conquistas efetivas para o povo brasileiro. Os princípios fundamentais, os direitos e garantias individuais coletivos, os deveres sociais do Estado, o sistema de governo, enfim todos os aspectos relacionados a uma Lei Maior fazem parte do anteprojeto da Constituição que o PCB fará ao debate público dentro dos próximos dias. Sua livre discussão contribuirá para o processo de conscientização e organização política da sociedade, principalmente da classe operária e dos trabalhadores em geral.

Por que PCB?

Porque hoje ele é uma expressão político-eleitoral também no Paraná. Se assumo na condição de único representante do PCB nesta Casa, é porque os anos de clandestinidade forçada, de cassações, de exílios e de mortes não permitem ainda uma presença parlamentar e política consoante com sua história e sua influência social. Não tenho dúvidas: o povo do Paraná abre seus horizontes políticos e avança. A classe operária, os trabalhadores do campo, as camadas médias urbanas, os pequenos e médios empresários genuinamente nacionais e comprometidos socialmente, os intelectuais e os estudantes, enfim os homens e as mulheres de coragem e de luta, trarão para esta Assembleia em 1986, uma bancada representativa do PCB. Aí se forja a força do Partido Comunista Brasileiro: nos movimentos sociais e na luta de organização política do povo. Este Poder e a atividade parlamentar precisam ser valorizados não apenas como expressão dos interesses econômicos e das classes empresárias, mas também dos interesses populares e da vontade das classes trabalhadoras. Embora instalando-se como bancada individualizada, agiremos com a garra e a energia necessárias para dar conta de nossa missão, certos de que o acelerado processo de organização legal do PCB no Paraná e no Brasil se refletirá já nas próximas eleições com expressivas bancadas parlamentares, abrindo caminho para nossa participação na disputa das Prefeituras e Câmaras de Vereadores em 1988.

Por que PCB?

Porque, enfim, me identifico não só com seu manifesto,

programa, estatuto e princípios de funcionamento, **com também com suas lutas pela democracia, pela paz e pelo socialismo.** Mas, sobretudo, porque me identifico com a generosidade que caracteriza a imensa maioria dos comunistas brasileiros vinculados ao leito histórico do PCB. Conviver com estes **companheiros** tem sido uma experiência rica e gratificante de crescimento político, realização pessoal e conscientização social.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Amigos e Companheiros:

O Paraná volta a ter, de ora em diante, um deputado comunista!

Aos Deputados desta Casa, em especial aos **companheiros** do PMDB, reafirmo que sou o mesmo. Com os mesmos ideais e mais firme nos compromissos políticos. O barco é outro, mas em várias lutas ainda estaremos juntos. No PMDB nunca discuti pessoas ou proferi ofensas pessoais. Sempre preferi discutir idéias, atos e propostas. No PCB atuei com total independência e autonomia, seja nos trabalhos parlamentares, seja no relacionamento com o Governo do Estado, fornecendo a este o apoio necessário sempre que estiver em jogo decisões voltadas ao real cumprimento dos seus compromissos eleitorais, que ajudamos a formular em 1982. Esta postura é coerente com a linha política do PCB que, nacionalmente, exige o cumprimento dos compromissos com a Nação que deram origem à Aliança Democrática.

Aos trabalhadores do campo e da cidade renovo o compromisso de estar junto na luta pela conquista das suas legítimas reivindicações, como as que hoje mais se destacam: jornada de trabalho de 40 horas, trimestralidade, reposição salarial, unidade do movimento sindical entre a CONCLAT e CUT, Reforma Agrária.

As comunidades indígenas reafirmo minha disposição de estar permanentemente disposto a somar forças na luta pela demarcação das suas reservas, pelo resgate de sua cultura e por uma FUNAI comprometida com a defesa dos seus genuínos interesses.

Aos funcionários públicos, em especial aos servidores deste Poder, renovo meu sentimento de respeito e reafirmo minha disposição em apoiar suas legítimas reivindicações, do que são exemplos a lei do concurso público e a participação nas decisões administrativas dos órgãos públicos.

Aos pequenos e médios proprietários rurais e empresários nacionais, da indústria, do comércio e do setor de serviços, reafirmo meu entendimento que seu fortalecimento faz parte também da nossa ação política, pois a democracia de massas que vislumbramos no horizonte não prescinde de participação e engajamento dos setores econômicos nacionais que hoje são sufocados pelos monopólios, pela política financeira e pela exploração bancária.

Aos estudantes, professores e intelectuais renovo meu compromisso de estar junto na luta pelo ensino público e gratuito, por mais apoio à produção científica e cultural, pela democratização total das instituições escolares, pelo fim do analfabetismo e da ignorância.

As mulheres reafirmo minha solidariedade militante às suas lutas pela igualdade no trabalho e na vida social, contra a violência. Juntos, homens e mulheres, caminharemos mais rapidamente rumo à sociedade socialista do futuro.

Aos crentes de todas as religiões renovo meu compromisso de lutar pela liberdade de culto, esperançoso que a opção pelos pobres da Igreja avance no real engajamento por profundas transformações econômicas e sociais. A falsa identidade entre cristianismo e capitalismo está sendo rapidamente desmascarada.

da, pois na verdade as leis econômicas deste são profundamente anti-cristãs e desumanas. Felizmente está se aproximando o tempo em que as grandes maiorias da população passarão a entender que entre cristianismo e socialismo não há contradições no terreno concreto de edificação de uma sociedade mais justa e humana. Estamos prestes a entender que a unidade de ação entre todos os cidadãos comprometidos com as mudanças sociais, cristãos e não cristãos, é imprescindível para conseguirmos realizar as transformações que a sociedade brasileira exige.

Às eternas cassandras do retrocesso, aos porta-vozes do obscurantismo, aos industriais do anti-comunismo, filho bastardo da ditadura e irmão-gêmeo do fascismo, digo alto e bom som que terão sempre resposta pronta e verão desmascaradas desta tribuna suas mentiras e preconceitos.

Aos corruptos de toda espécie renovo que o combate será implacável, duro e permanente. Somente moralizaremos este País se não se tergiversar com a corrupção, filha pródiga do sistema capitalista e do autoritarismo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Amigos e Companheiros:

O Paraná volta a ter um deputado comunista!

Estou inscrito no melhor lado da história. O lado da maioria da Nação, o lado da transformação e da construção de uma nova sociedade.

Estou comprometido com a construção de um PCB forte, renovado, de massas, democrático e não exclusivista no interior da frente democrática.

Convido a todos, democratas sinceros, homens e mulheres de luta, jovens e trabalhadores progressistas, a estudar, discutir e se comprometer com o programa e o Estatuto do PCB. Vamos construir juntos, agora na legalidade, uma nova alternativa partidária para a Nação. O apoio de todos, comunistas ou não, é importante e bem vindo. Não viveremos uma verdadeira democracia sem partidos políticos fortes e sem um PCB legal.

Entendo que o momento político brasileiro é de transição. Mas entendo que o momento, para os brasileiros, é de definição. A cada um compete, agora, colocar com clareza, perante a sociedade, qual é sua convicção, quais e com quem são seus compromissos. Todos conhecem minha posição. Todos sabem de que lado estou. Tais são meus compromissos com o Paraná e com o Brasil. Tais são os meus compromissos com o futuro.

Viva o Brasil!

Pela paz, pela democracia, pelo socialismo.

Viva o Partido Comunista Brasileiro!

(Palmas)

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Caro Deputado Márcio Almeida.

Eu acho que o seu ato, a sua decisão de sair do PMDB, Partido ao qual Vossa Excelência prestou relevantes serviços pelo seu brilhantismo aqui na Assembléia Legislativa e na militância partidária de Londrina, não pode estar eufórico agora com a sua saída, como Partido, mas, por outro lado, é motivo para esta Casa, para a política do Paraná, de euforia em ver que, depois deste tempo de escuridão em que a pecha de comunista era jogada em todos aqueles que se colocavam contra a ditadura, pecha porque se mascarava o comunismo como algo contrário aos interesses brasileiros, e no momento em que Vossa Excelência espera, inclusive, se consumir a vitória do PMDB, na eleição da Capital, para a qual Vossa Excelência tanto trabalhou pela vitória de Requião, e no momento da vitória se desliga do PMDB e entra no PCB, dignifica ainda mais a sua postura aqui nesta Casa de

Leis.

É um momento de euforia porque podemos ver que estamos realmente respirando ares diferentes de liberdade, em que toda vez que alguém apontá-lo como comunista, estará fazendo a sua propaganda eleitoral: "Realmente, sou comunista do PCB, e peço o seu voto." É uma outra era no Brasil, em que comunista é para caracterizar a ideologia e não pecha, em que cada um pode, com liberdade, definir-se clara e politicamente, de acordo com sua crença e com sua ideologia.

Eu desejo ao colega, Deputado Márcio Almeida, felicidades nesta nova caminhada, que tenha sucesso, e que seu brilhantismo emprestado ao PMDB será o mesmo, ou maior ainda, no seu novo Partido, e que com seu trabalho, haverá de crescer em nosso Estado do Paraná.

Felicidades, Deputado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço, Deputado Mário Pereira, que sempre honrou, em tantas lutas estivemos juntos e juntos continuaremos.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Márcio, nestes quase três anos de mandato parlamentar, tive a honra de partilhar com Vossa Excelência de gratos momentos de trabalho, não só aqui neste Plenário, mas através das Comissões de Educação, de Saúde, através da CPI, Vossa Excelência demonstrou, sempre, nestes momentos, que é realmente um parlamentar voltado aos interesses populares nesse nosso Estado.

Cabe aqui uma lembrança de um pensador francês, ele dizia que quando duas indecências se juntam, aí começa o caminho da desonra. Trazendo isto para o processo político latino-americano, vamos encontrar exatamente no modelo político brasileiro vivido nos últimos 21 anos de um regime militar que se juntou às indecências da latino-américa, do Brasil, do Uruguai, da Argentina e do Chile. E hoje, infelizmente, vemos esta Casa receber o Embaixador do Chile, para nossa infelicidade, quando um homem persegue e mata e acoberta todo o tipo de corrupção naquele País e vemos, por outro lado, felizmente, Vossa Excelência assumir o Partido Comunista Brasileiro, publicamente, um Partido que também tem a sua História, um Partido que tem também os seus líderes, um Partido que tem as suas glórias.

Por este motivo, entendemos aqui, particular e especialmente por nossa pessoa, de parabenizar Vossa Excelência por este ato e, acima de tudo, veremos que no decorrer deste processo, a partir de agora, será um puro ato, simples ato de se participar, politicamente, de um partido político.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço o nobre Deputado Rubens Bueno que sempre esteve junto nestas lutas todas destes anos, e continuaremos na mesma trilha.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França — Deputado Márcio Almeida, para cumprimentá-lo pela sua coerência, pela sua firmeza, pela sua preocupação, acima de tudo, em fazer com que as razões populares das nossas maiores, a razão da sua decisão.

Das minhas palavras, não tenho, de forma alguma, qualquer preocupação em selar aqui uma despedida. Para nós, não há mais um terceiro espaço: só há o espaço daqueles que se subordinam aos interesses do capitalismo selvagem, e o espaço daqueles que abraçam, efetivamente, a causa das maiorias opri-

midas e fabricadas pelo capitalismo selvagem que aí está.

É por esta razão, Deputado Márcio Almeida, que aqui não ficam, de forma alguma, despedidas, mas fica a certeza de que os caminhos do socialismo, a certeza de que, em cima das cinzas da corrupção, da podridão, do autoritarismo fabricado pelo capitalismo internacional, é que nós haveremos de construir uma sociedade socialista, livre, cujo construtor haverá de ser o próprio povo brasileiro.

Parabéns, portanto, e a certeza de que todos nós sentimos que a sua caminhada é a mesma caminhada em torno dos mesmos ideais que foram a razão suprema do programa e da bandeira do PMDB.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço o nobre Deputado Tadeu França, e só tenho, novamente, a registrar e agradecer, a presença dos amigos e companheiros do Partido dos Trabalhadores, à Direção Regional do Partido Comunista do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Encerrado o Grande Expediente, concedo a palavra à Liderança do PMDB. Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. Declinado, consulto a Liderança do PDS. Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. — Declina.

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 02/71, abre prazo por 3 (três) dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 03 do corrente mês, para oferecimento de emendas à Proposição n. 174/85, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César e outros.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 153/85, constante da Ordem do Dia marcada para hoje. — Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 153/85, (ex-Proposto de Lei n. 134/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de BARBOSA FERAZ, a fim de consultar sua população, visando a criação do Município de CORUMBATAÍ DO SUL. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, que dispõe sobre a organização dos municípios e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 217/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 217/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

- DECRETA:

TÍTULO I

Da Organização dos Municípios

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art.1.º - Município, unidade do território do Estado, é pessoa jurídica de direito público interno, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, assegurada pela Constituição da República.

Art.2.º - Os Municípios, salvo o de Curitiba que elaborará a sua lei orgânica, são organizados na forma estabelecida por esta lei complementar.

Parágrafo Único - para fins administrativos, os Municípios podem subdividir-se em distritos.

Art.3.º - Na denominação dos Municípios e Distritos é vedada:

I - a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras;

II - a designação de datas, nomes de pessoas vias e expressões compostas de mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

Art.4.º - A denominação de Municípios ou de distrito depende de lei estadual.

Parágrafo Único - A alteração do nome do Município ou do Distrito, bem como a mudança de sede, dependerão de representação conjunta da Câmara e do Prefeito e de consulta plebiscitária à respectiva população.

CAPÍTULO II

Da criação do Município e do Distrito

Art.5.º - A criação de Município poderá ocorrer mediante:

I - desmembramento do território de um Município;

II - fusão de parcelas de dois ou mais Municípios;

III - fusão da área territorial integral de dois ou mais Municípios, com a extinção destes.

Art.6.º - São condições para que um território se constitua em Município, além dos fixados por lei federal as seguintes:

I - apresentar distância não inferior a dez quilômetros entre o perímetro urbano de sua sede e o da sede do Município de origem;

II - ter continuidade territorial e não interromper a de outro.

Art.7.º - A lei de criação do Município mencionará:

I - o nome;

II - as divisas, definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais;

III - a proporção do índice percentual do imposto de circulação de mercadorias do Município ou Municípios que sofreram desmembramento que será atribuída ao Municí-

pio que for criado. A proporção será mantida, até que o Estado possa determinar o índice percentual do Município novo.

Parágrafo Único - Não serão criados Municípios no ano das eleições municipais.

Art. 8.º - A criação de Distritos far-se-á por lei estadual, mediante representação do Município, feita pelo Prefeito com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 de seus membros, obedecidas as seguintes condições:

- I - população superior a mil habitantes no território;
- II - existência, na sede, de pelo menos cinquenta casas;
- III - delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas, definidas na forma do inciso II do artigo 7.º

Parágrafo Único - A comprovação dos requisitos dos incisos I e II será feita com certidão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAPÍTULO III

Da Transferência de Território

Art. 9.º - A transferência de área territorial de um para outro Município depende de lei estadual, após a comprovação dos requisitos e a observância das formalidades estabelecidas neste Capítulo.

Art. 10 - O processo de transferência, referido no artigo anterior, terá início com a representação dirigida à Assembléia Legislativa, onde se comprove o benefício sócio-econômico, acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos identificados ou seguindo acidentes naturais, subscrita por oitenta eleitores, no mínimo, residentes ou domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas e atestado de residência ou domicílio, expedido por autoridade policial da localidade.

Parágrafo Único - A Assembléia Legislativa colherá subsídios comprobatórios de que o Município remanescente não perde os requisitos mínimos, exigidos pela legislação federal, para a criação de Município.

Art. 11 - A transferência de área, de que trata o artigo 9.º, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros.

Art. 12 - instruído o processo, a Assembléia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito de consulta à população residente na área.

§ 1.º - Considera-se favorável o plebiscito, se a maioria dos votantes opinar pela transferência, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos inscritos.

§ 2.º - Sempre que o resultado do plebiscito for desfavorável à transferência territorial, a proposta será arquivada, não podendo ser renovada na mesma legislatura da Assembléia Legislativa.

Art. 13 - A transferência territorial de que trata esta lei, não poderá ser feita no ano da eleição municipal.

Art. 14 - Aplicam-se, no que couber, às áreas transferidas as disposições dos artigos 20 a 24.

CAPÍTULO IV

Da Instalação

Art. 15 - A instalação do Município far-se-á por ocasião da posse do Prefeito Vice-prefeito e Vereadores, que deverá coincidir com a dos demais Municípios do Estado.

Art. 16 - Os vereadores, por convocação e sob a presidência da autoridade judiciária da Comarca, reunir-se-ão para posse e instalação da Câmara.

§ 1.º - Instalada a Câmara esta procederá a eleição de sua mesa, sob a presidência do Vereador mais idoso.

§ 2.º - Procedida a eleição e posse da Mesa, o Prefeito e Vice-Prefeito, em seguida, tomarão posse perante a Câmara.

Art. 17 - Instalado o Município, deverá o Prefeito no prazo de sessenta dias, remeter à Câmara:

I- a proposta orçamentária para o respectivo exercício;

II- o projeto de lei de organização dos serviços da Prefeitura;

III- o projeto de lei do quadro de pessoal, com os respectivos vencimentos

Parágrafo Único - Se o Prefeito omitir-se na providência determinada no inciso I deste artigo, a Câmara tomará por base o orçamento do Município de origem, observada para a previsão da receita e fixação da despesa e proporcionalidade quanto à receita e despesas havidas quando na condição de Distrito.

Art. 18 - Salvo o disposto no artigo anterior, vigorará no novo Município, no que couber, a legislação:

I- do Município de origem, em caso de simples desmembramento;

II- do Município de maior população, em caso de território desmembrado de dois ou mais Municípios.

Art. 19 - O território do novo Município continuará a ser administrado, até sua instalação, pelo Prefeito do Município ou Municípios de que foi desmembrado.

Art. 20 - Os bens e serviços municipais situados no território desmembrado passarão, à propriedade do novo Município, na data de sua instalação, independentemente de indenização.

Art. 21 - Durante o período compreendido entre a criação e a instalação do Município, a contabilidade de sua receita e despesa será processada em separado pela Prefeitura do Município ou Municípios de que se desmembrou.

§ 1.º - Dentro de dez dias úteis, após a instalação do novo Município, a Prefeitura a que se refere este artigo entregará

aquele os livros e documentos de escrituração contábil e a respectiva prestação de contas para fins de controle interno e externo.

Art.22 - O novo Município indenizará o de origem uma parte das dívidas vencíveis após sua instalação, contraídas para a execução de obras e serviços que tenham beneficiado ambos os territórios.

§ 1.º - O cálculo da indenização deverá estar concluído dentro de três meses contados da instalação do Município, indicando cada Prefeito um perito, salvo acordo referendado pelas respectivas Câmaras. Havendo divergência, servirá como árbitro o Governador do Estado.

§ 2.º - Fixada a responsabilidade consignará o novo Município em seus orçamentos, a partir do exercício seguinte ao da instalação, os recursos necessários para solvê-la em cinco anos, em prestações anuais e iguais.

Art.23 - O novo Município pagará as dívidas contraídas e vencíveis após a sua criação referente às obras e serviços que beneficiarem apenas o seu território.

Art.24 - Os imóveis e instalações, que constituírem parte integrante e inseparável de serviços industriais utilizados pelos Municípios originários e originados, serão administrados e explorados conjuntamente como patrimônio comum, na proporção de utilização respectiva dos serviços, firmando-se consórcio para tal fim. Quando só servirem ao Município que se desmembrou continuarão a pertencer-lhe.

CAPÍTULO V

Da Extinção

Art.25- É facultado ao Município, mediante representação fundamentada do Prefeito e aprovação da Câmara, pelo voto de dois terços de seus membros, requerer sua anexação a outros.

Parágrafo Único- Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias ouvirá o Prefeito e a Câmara do Município ao qual deseja anexar-se o Município requerente, decidindo, afinal, depois de cumpridos os requisitos da legislação federal e estadual.

Art.26 - Poderá ser extinto o Município que durante dois anos deixar de preencher os requisitos mínimos estabelecidos em lei para criação de Municípios.

§ 1.º - Caberá à Assembléia Legislativa ou ao Governador com a colaboração dos órgãos competentes, a verificação da situação dos municípios nas condições deste artigo, propondo, se for o caso, sua extinção.

§ 2.º - O território do Município extinto passará à categoria de Distrito, depois de incorporado ao Município a que vier a pertencer.

TÍTULO II

Da Competência dos Municípios

Art.27 - Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

- I- Instituir e arrecadar tributos, aplicando-os na forma da Lei Orçamentária;
- II- arrecadar as demais rendas que lhe pertencerem na forma da lei;
- III- dispor sobre a administração, alienação e utilização de seus bens;
- IV- adquirir bens, inclusive através de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;
- V- dispor sobre a concessão, permissão e autorização de serviços públicos ou de utilidade de caráter social;
- VI- organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus funcionários;
- VII- elaborar o seu orçamento anual e plurianual de investimentos, prevendo a receita e fixando a despesa mediante planejamento adequado;
- VIII- aceitar legados e doações;
- IX- planejar e promover o desenvolvimento integrado;
- X- regulamentar as edificações de qualquer natureza;
- XI- dispor sobre loteamentos e arruamentos;
- XII- dispor sobre o uso de áreas urbanas, regulamentando o zoneamento, particularmente quanto à localização de fábricas, oficinas, indústrias, depósitos e instalações, no interesse da saúde, da higiene, do sossego, do bem-estar, da recreação e da segurança da população;
- XIII- regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:
 - a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;
 - b) dispor sobre os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
 - c) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos municipais e de táxis e fixar as respectivas tarifas;
 - d) fixar e sinalizar os limites das "zonas de silêncio", de trânsito e tráfego em condições especiais;
 - e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- XIV- sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
- XV- dispor sobre a limpeza dos logradouros, remoção e destino do lixo domiciliar;
- XVI- conceder licença para abertura e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares; regular o comércio ambulante; revogar as

- licenças dos que se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação e ao sossego público ou aos bons costumes; promover o fechamento dos que funcionarem sem licença ou depois da revogação desta;
- XVII- fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares;
- XVIII- prover sobre o abastecimento de água, serviço de esgotos sanitários, galerias de águas pluviais e fornecimento de iluminação pública
- XIX- dispor sobre a construção e exploração de mercados públicos, feiras livres para gêneros de primeira necessidade e demais produtos compatíveis com a finalidade de abastecimento da população;
- XX- fiscalizar a qualidade das mercadorias sob o aspecto sanitário e higiênico, quando colocados à venda;
- XXI- regulamentar espetáculos e divertimentos públicos;
- XXII- dispor sobre o serviço funerário, cemitério e sua fiscalização;
- XXIII- regulamentar e licenciar a fixação de cartazes, anúncios e qualquer outro meio de publicidade ou propaganda, inclusive a sonora;
- XXIV- dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- XXV- dispor sobre o registro, vacinação e captura de animais domésticos, com a finalidade precípua de profilaxia e erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- XXVI- impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;
- XXVII- constituir servidões necessárias aos seus serviços;
- XXVIII- prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro por seus próprios serviços ou mediante convênios, especialmente para os casos de calamidade pública;
- XXIX- dispor sobre a poluição urbana, em todas as suas formas.
- Art. 28- Ao Município compete, concorrentemente ao Estado:
- I- zelar pela saúde, higiene e segurança pública;
- II- promover a educação, a cultura e o serviço social;
- III- prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico;
- IV- prover os serviços de fomento agropecuário;
- V- a conservação e construção de estradas e caminhos;
- VI- dispor sobre a prevenção e serviços de combate a incêndios.

§ 1º - Sempre que conveniente ao interesse público, os serviços previstos neste artigo, quando executados pelo Estado, terão caráter regional, com a participação dos Municípios da região, na sua instalação e manutenção.

§ 2º - Os Municípios poderão organizar e manter guardas urbanas municipais para colaboração na segurança pública, subordinadas ao órgão de segurança pública do Estado, na forma e nas condições previstas na legislação própria.

Art. 29- O Município poderá delegar ao Estado, mediante convênio, os serviços de competência concorrente de sua responsabilidade a que se refere esta lei.

Art.30 - Ao Município é facultado celebrar convênios com órgãos da administração direta ou indireta, do Estado ou da União, para a prestação de serviços da sua competência quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros ou quando houver interesse mútuo.

Art.31 - Os Municípios poderão consorciar-se para realização de obras ou serviços de interesse comum.

Art.32 - A concessão de serviço só será feita com autorização da Câmara, mediante contrato, procedido de concorrência, feita na forma da lei federal vigente. A permissão, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente.

§ 1º - São nulas de pleno-direito as concessões e permissões para exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, cabendo ao Prefeito, observada a legislação competente, aprovar os preços respectivos.

§ 3º - O Município poderá revogar a concessão ou permissão, desde que os serviços sejam executados ou desconformidade com o contrato ou ato, ou revelarem manifesta insuficiência para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser procedidas de ampla publicidade, mediante edital ou comunicado resumido publicados, pelo menos, três vezes em jornal de grande circulação local ou regional.

Art.33 - As taxas e preços dos serviços públicos ou de utilidade pública, explorados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada, serão fixados pelo Executivo, cabendo à Câmara definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo, e abaixo do custo, tendo em vista o interesse econômico e social.

Parágrafo Único- Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais,

as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações.

Art. 34- É vedado ao Município:

I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas e subvencioná-los; embaraçar-lhe o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar;

II- recusar fé aos documentos públicos;

III- instituir empréstimo compulsório;

IV- instituir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal;

V- criar impostos sobre:

a) o patrimônio, ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou assistência social, observados os requisitos de lei;

d) os livros, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão;

VI- estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou do seu destino;

VII- permitir ou fazer uso do estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

VIII- outorgar isenções e anistias fiscais sem interesse público justificando ou permitir remissão de dívidas, em desconformidade com a lei, sob pena de nulidade do ato.

Parágrafo Único - o disposto na letra "a" do inciso V deste artigo é extensivo às autarquias no que se refere ao patrimônio, e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, mas não se estende aos serviços públicos concedidos.

TÍTULO III

Do Governo Municipal

CAPÍTULO I

Dos Órgãos Municipais

Art. 35- O Governo do Município é exercido pela Câmara, com funções legislativas, e pelo Prefeito, com funções executivas.

CAPÍTULO II

Do Legislativo

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 36 - A Câmara é constituída de Vereadores, eleitos na forma estabelecida em

lei, em número ímpar, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove e nem superior a vinte e um, salvo os Municípios com mais de um milhão de habitantes que terão trinta e três Vereadores.

Parágrafo Único - O número de Vereadores, em cada legislatura, será alterado por lei estadual, de acordo com o disposto neste artigo, até cento e oitenta dias antes da eleição municipal, com base no eleitorado existente na data do encerramento do respectivo alistamento, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

SEÇÃO II

Da Instalação e Funcionamento da Câmara

SUBSEÇÃO I

Da Instalação

Art. 37 - No primeiro dia de cada legislatura, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"Prometo cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado, observar as leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem-estar do seu povo".

Em seguida o Secretário designado para esse fim, fará a chamada de cada Vereador que declarará: "Assim o prometo".

Parágrafo Único - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo até 15 (quinze) dias depois da primeira sessão ordinária da legislatura, sob pena de ser considerado renunciante, salvo motivo de doença comprovada.

SUBSEÇÃO II

Da Mesa da Câmara

Art. 38 - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, e, havendo, maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão Mesa, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1º - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate o mais idoso.

§ 2º - Não havendo número legal, o Vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 39 - A eleição para renovação da

Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da terceira sessão legislativa ordinária da legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Art.40 - A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

Art.41 - O mandato da Mesa será de dois anos, vedado a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo na mesma legislatura.

Art.42 - Compete à Mesa dentre outras atribuições:

I - enviar ao Prefeito, até o dia 1.º de março as contas do exercício anterior;

II - elaborar e encaminhar até 31 de agosto de cada ano a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta orçamentária do Município;

III - propor ao Plenário projetos de lei que criem ou extingam cargos dos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos;

IV - elaborar o orçamento analítico da Câmara.

Art. 43 - Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza.

Art.44- Compete ao Presidente da Câmara, entre outras atribuições:

I- representar a Câmara em juízo e fora dele;

II- dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III- interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV- promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não promulgadas pelo Prefeito;

V- fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI- declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII- apresentar ao plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos, e às despesas realizadas do mês anterior;

VIII- decretar a prisão administrativa de servidor da Câmara misso ou remisso na prestação de contas de dinheiros públicos sujeitos à sua guarda;

IX- representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal.

X- encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição do Estado;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XII - convocar sessões extraordinárias quando houver matéria de interesse público e urgente a deliberar;

XIII - nomear, exonerar, aposentar, promover e conceder licença aos servidores da Câmara, na forma da lei, ouvida a Mesa.

Art.45 - O fato de estar o Presidente substituindo o Prefeito não impede que, na época determinada, se proceda à eleição para o cargo na renovação da Mesa, cabendo ao Presidente eleito prosseguir na substituição do Prefeito.

SUBSEÇÃO III

Das Comissões

Art.46 - Na composição das comissões, quer permanentes quer temporárias, assegurar-se-á, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

Art.47 - A requerimento de um terço dos seus membros, a Câmara criará comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observando em sua composição o disposto no artigo anterior.

Parágrafo Único - Não será criada comissão de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Câmara.

SUBSEÇÃO IV

Das Sessões da Câmara

Art.48 - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, anualmente e independentemente de convocação, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro.

Parágrafo Único - Serão realizadas no mínimo trinta sessões ordinárias anuais, em dias e hora a serem fixados no Regimento Interno.

Art.49 - As Sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1.º - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local, por decisão tomada por maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2.º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art.50 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

Art.51 - As sessões só poderão ser abertas com a presença de no mínimo um terço dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á pre-

sente à sessão o Vereador que assinar o livro ou folhas de presença até o início da ordem do dia e participar das votações.

Art.52 - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, por deliberação da Câmara, a requerimento de qualquer Vereador, ou mediante solicitação do Prefeito.

Parágrafo Único - A convocação de sessão extraordinária no período ordinário far-se-á por simples comunicação do Presidente inserida na ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores presentes à sessão.

Os vereadores ausentes serão cientificados mediante citação pessoal.

Art.53 - Somente serão remuneradas uma sessão por dia e, no máximo, quatro sessões extraordinárias por mês.

SUBSEÇÃO V

Da Convocação Extraordinária da Câmara

Art.54 - A convocação extraordinária da Câmara, no período de recesso, dar-se-á:

I - pelo Presidente em caso de estado de calamidade pública, situação de emergência ou de intervenção estadual;

II - pelo Prefeito, quando a entender necessária;

III - por dois terços dos Vereadores.

§ 1.º - Durante a sessão legislativa extraordinária será apreciada somente a matéria que motivou a convocação.

§ 2.º - Salvo quando convocada pelo Prefeito no recesso a falta de comparecimento às sessões do período extraordinário será computada para fins de extinção de mandato.

§ 3.º - Não sendo feita em sessão, a comunicação da convocação extraordinária da Câmara será notificada pessoalmente ao Vereador, mediante recibo.

SUBSEÇÃO VI

Das Deliberações

Art.55 - Salvo as sessões previstas nesta Lei, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos, presente a maioria absoluta dos vereadores.

Art.56 - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos nesta lei ou em lei federal a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

I - Regimento Interno;

II - Código Tributário;

III - Código de Obras, Edificações e Posturas;

IV - Estatuto dos Funcionários;

V - criação de cargos nos serviços da Câmara.

VI - plano de desenvolvimento;

VII - normas relativas ao zoneamento.

Parágrafo Único - Entende-se por maio-

ria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total de membros da Câmara.

Art.57 - Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previsto nesta lei, as deliberações sobre:

I - rejeição de veto;

II - rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;

III - alteração do nome do Município ou do Distrito;

IV - proposta à Assembléia para transferência da sede do Município.

V - a cassação do mandato do Prefeito.

Art.58 - O processo de votação será determinado no Regimento Interno.

Parágrafo Único - O voto será secreto:

I - na eleição da Mesa;

II - nas deliberações sobre as contas do Prefeito e da Mesa;

III - nas deliberações sobre a perda de mandato de Vereadores, Vice-Prefeito e Prefeito.

Art.59 - Terão forma de decreto legislativo ou de resolução das deliberações da Câmara, tomadas em plenário e que independem de sanção do Prefeito.

§ 1.º - Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, que tenham efeito externos, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se, por mais de quinze dias do Município;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara proferido pelo Tribunal de Contas;

III - fixação dos subsídios do Prefeito, para vigorar na legislatura seguinte;

IV - fixação da verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito;

V - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

VI - mudança do local de funcionamento da Câmara;

VII - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação federal;

VIII - aprovação de convênios ou acordos de que for parte o Município;

§ 2.º - Destinam-se as resoluções, a regulamentar matéria de caráter político ou administrativo, de sua economia interna, sobre os quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - fixação da remuneração dos Vereadores para vigorar na legislatura seguinte;

III - concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Municí-

IV - criação de comissão de inquérito excedente de cinco;

V - conclusões de comissão de inquérito;

VI - convocação de funcionários municipais providos em cargos de chefia ou de assessoramento para prestar informações sobre matéria de sua competência;

VII - qualquer matéria de natureza regimental;

VIII - fixar a gratificação de representação ao Presidente da Câmara;

IX - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo.

SEÇÃO III

Dos Vereadores

SUBSEÇÃO I

Da Remuneração

Art.60 - Os Vereadores perceberão a remuneração fixada por resolução nos termos do disposto em lei complementar federal.

Art.61 - A remuneração dividir-se-á em parte fixa e variável e será estabelecida no fim de cada Legislatura para vigorar na seguinte.

Parágrafo Único - A parte variável da remuneração não será inferior à fixa, e corresponderá ao comparecimento efetivo do Vereador e à participação nas votações.

Art.62 - A gratificação de representação ao Presidente depende de resolução.

Art.63 - Na mesma legislatura não se poderá alterar a remuneração, a qualquer título, salvo nos casos do artigo seguinte.

Art.64 - A Câmara de Vereadores que se instalar pela primeira vez, e a que ainda não tiver fixado a remuneração de seus Vereadores, poderá estabelecê-la para a mesma legislatura, obedecida a legislação complementar federal.

SUBSEÇÃO II

Da Licença

Art.65 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I - por motivo de doença;

II - para tratar de interesses particulares;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1.º - No caso dos incisos I e II o prazo de licença será igual ou superior a cento e vinte dias, não podendo o vereador reassumir antes de decorrido o período.

§ 2.º - para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III.

§ 3.º - O vereador investido no cargo

de Secretário Municipal será considerado automaticamente licenciado.

SUBSEÇÃO III

Da Convocação do Suplente

Art.66 - Nos casos da vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal, dar-se-á a convocação do suplente.

§ 1.º - O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2.º - Na hipótese do parágrafo anterior, a Mesa convocará o suplente imediatamente.

§ 3.º - Convocado mais de um suplente, o retorno de qualquer Vereador acarieta o afastamento do último convocado pertencente ao mesmo Partido do titular.

Art.67 - Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á a eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o termo do mandato.

SUBSEÇÃO IV

Do Vereador Funcionário Público

Art.68 - O servidor público municipal da administração direta ou indireta, exercerá o mandato de Vereador obedecidas as disposições deste artigo.

§ 1.º - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

§ 2.º - Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

SUBSEÇÃO V

Das Incompatibilidades do Vereador

Art.69 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público do município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego de que seja demissível ad nutum, nas entidades referidas na alínea a do inciso I;

c) exercer outro cargo eletivo, federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do inciso I.

Art.70 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

III - que fizer residência fora do município;

IV - que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública, ou atentar contra as instituições vigentes;

V - que deixar de comparecer em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela Câmara; ou deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito no período legislativo ordinário;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - que praticar atos de infidelidade partidária declarados pela Justiça Eleitoral;

VIII - deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara, dentro do prazo estabelecido nesta Lei.

Art.71 - Estingue-se o mandato e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, na forma da legislação federal, quando ocorrer falecimento, renúncia por escrito e nos casos previstos nos incisos I, V, VI e VIII do artigo anterior.

Art.72 - A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador nos casos dos incisos II, III, IV e VII do artigo 70, obedecido o processo estabelecido na legislação federal.

Art.73 - O Presidente poderá afastar de suas funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente, até o julgamento final. O suplente convocado não intervirá nem votará nos atos do processo do Vereador afastado.

Parágrafo Único - Se a denúncia recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara for contra o Presidente este passará a presidência ao seu substituto legal.

Art.74 - O Vereador deverá desincompatibilizar-se no prazo de dez dias contados da diplomação ou da posse, conforme o caso, sob pena de extinção do mandato.

SEÇÃO IV

Das Atribuições da Câmara

Art.75 - Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito dispor sobre as matérias de competência do município e especialmente:

I - legislar sobre tributos municipi-

pais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II - votar o orçamento anual e plurianual de investimentos bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

IV - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

V - autorizar a concessão de serviços públicos;

VI - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a alienação de bens imóveis;

IX - autorizar a aquisição de bens imóveis salvo quando se tratar de doação sem encargo;

X - criar, alterar, e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;

XI - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XII - delimitar o perímetro urbano;

XIII - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XIV - aprovar os códigos tributários, de obras e de posturas municipais;

XV - conceder título de cidadão honorário, qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviço ao Município.

XVI - dispor sobre a organização dos serviços da Prefeitura.

Art.76 - A Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa, na forma regimental;

II - elaborar o regimento interno;

III - organizar os seus serviços administrativos;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quando eleitos, conhecer de sua renúncia e afastá-lo definitivamente do exercício do cargo;

V - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias ou do país por qualquer tempo;

VII - fixar os subsídios e a verba de representação do Prefeito;

VIII - fixar a remuneração dos vereadores e a gratificação de representação do Presidente;

IX - criar comissões de inquérito;

sobre fato determinado que se incluía na competência municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros;

X - requerer informações ao Prefeito sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeita a fiscalização da Câmara;

XI - convocar os responsáveis por chefias de órgãos do Executivo para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XII - deliberar, mediante resolução, sobre assuntos da sua economia interna e nos de mais casos de sua competência privativa por meio de decreto legislativo;

XIII - julgar o prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;

XIV - tomar e julgar as contas do prefeito e da Mesa, no prazo de noventa dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;

XV - remeter ao Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias, para os devidos fins as contas rejeitadas, por infração do decreto lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967.

XVI - autorizar ou referendar consórcios com outros Municípios e convênios celebrados pelo Prefeito com entidades públicas ou particulares cujos encargos não estejam previstos no orçamento;

XVII - propor ao plenário projetos de lei que criem, modifiquem ou extingam cargos de seus serviços;

XVIII - deliberar sobre vetos.

Art.77 - compete ainda à Câmara manifestar-se nos casos de transferência da sede do Município, alteração do seu nome ou do distrito e anexação a outro.

SEÇÃO V

Do processo Legislativo

Art.78 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - leis ordinárias;

II - decretos legislativos;

III - resolução.

Art.79 - O Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias a contar do recebimento.

§ 1.º - A fixação de prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento desse pedido como seu termo inicial.

§ 2.º - Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessi-

vos; se, ao final dessas não for apreciado considerar-se-á definitivamente aprovado.

§ 3.º - O prazo fixado neste artigo não ocorre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 4.º - O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação.

Art.80 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa, às Comissões da Câmara e ao Prefeito.

§ 1.º - É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que:

a) disponham sobre matéria financeira;

b) criem cargos, funções ou empregos públicos do Executivo e, em geral, aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;

c) importem em aumento de despesa ou diminuição da receita;

d) disciplinem o regimento jurídico de seus servidores.

§ 2.º - Nos projetos oriundos da competência exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista nem que alterem a criação de cargos.

Art.81 - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Art.82 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir motivo de novo projeto, no mesmo período legislativo, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

Art.83 - Concluída a votação, a Câmara enviará o projeto, no prazo de dez dias úteis, ao Prefeito que, concordando, o sancionará.

§ 1.º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Prefeito publicará o veto.

§ 2.º - Decorrida a quinzena, o silêncio do Prefeito, importará em sanção.

§ 3.º - Comunicado o veto ao Presidente, será o projeto submetido a uma única discussão, considerando-se o mesmo aprovado se obtiver o voto de dois terços dos Vereadores presentes, em votação pública. Neste caso, será o Projeto enviado ao prefeito, para promulgação.

§ 4.º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2.º e 3.º

deste artigo, o Presidente da Câmara o promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente.

§ 5.º - Considerar-se-ão mantidos os vetos não apreciados pela Câmara em quarenta e cinco dias.

CAPÍTULO III

Do Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito

SUBSEÇÃO I

Da Posse

Art.84 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, no primeiro dia da legislatura, tomarão posse em sessão solene da Câmara ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente.

§ 1.º - O Prefeito prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO E DESEMPENHAR COM LEALDADE E PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DO MEU CARGO".

§ 2.º - Decorrido quinze dias da data fixada para a posse e o Prefeito não tiver assumido o cargo, este será considerado vago pelo Presidente da Câmara, salvo o motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 3.º - No ato da posse o Prefeito deverá desincompatibilizar-se na forma da lei.. Na mesma ocasião e ao término do mandato, fará declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio.

§ 4.º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se ao Vice-Prefeito, no ato da substituição do Prefeito e no termino do período.

SUBSEÇÃO II

Da Substituição e da Sucessão

Art.85 - Substitui o Prefeito, no caso de impedimento e sucede-lhe, no de vaga o Vice-Prefeito.

§ 1.º - Na falta do Prefeito e do Vice-Prefeito, será chamado ao exercício da Prefeitura o Presidente da Câmara Municipal e na ausência deste o Vice-Presidente.

§ 2.º - Tratando-se de Prefeito nomeado, o seu substituto permanecerá no cargo até que o titular o reassuma ou seja nomeado outro.

§ 3.º - Nas substituições por prazo superior a quinze dias, o substituto do Prefeito fará jus ao subsídio e à verba de representação do cargo, não podendo, acumular, se for o caso, com os subsídios da vereança.

§ 4.º - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, proceder-se-á à nova eleição na forma da lei, e os eleitos completarão o tempo restante do mandato. Se

as vagas ocorrerem no último ano do mandato observar-se-á o disposto no parágrafo 1.º.

SUBSEÇÃO III

Da Licença

Art.86 - O Prefeito deverá residir no Município.

§ 1.º - Sempre que tiver de ausentar-se do território do Município ou afastar-se do cargo, por mais de quinze dias o Prefeito passará o exercício do cargo ao seu substituto legal.

§ 2.º - O Prefeito não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, por mais que quinze dias consecutivos, ou do País, por qualquer tempo, sem licença da Câmara, sob pena de incorrer na perda do mandato.

Art.87 - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber o subsídio e a verba de representação quando:

I - impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada;

II - a serviço ou missão de representação do Município.

SUBSEÇÃO IV

Do Subsídio e da Representação

Art.88 - O subsídios do Prefeito, que não poderá ser inferior a cinco vezes o maior vencimento pago a funcionário do município ou, conforme o caso, a cinco vezes a remuneração do Vereador, será estabelecido pela Câmara no fim de cada legislatura para a subsequente, determinando o índice de atualização do respectivo valor.

Parágrafo Único - Caso o subsídio não seja estabelecido no tempo consignado neste artigo, a Câmara fá-lo-á no início da legislatura seguinte.

Art.89 - A verba de representação do Prefeito será estabelecida juntamente com o subsídio em até dois terços do valor deste e será atualizado de acordo com os mesmos índices.

Art.90 - O disposto nesta subseção aplica-se ao Prefeito nomeado.

Art.91 - Poderá ser atribuída verba de representação do Vice-Prefeito, que não excederá de cinquenta por cento da atribuída ao Prefeito.

Art.92 - Enquanto durar o mandato, o Prefeito que for servidor público estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, ficará afastado do exercício do cargo, emprego ou função, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria, facultada a opção pela sua remuneração.

Art.93 - No Município que se instalar, a Câmara fixará o subsídio e a representação do Prefeito, obedecido o disposto no artigo 88.

SUBSEÇÃO V

Das Atribuições do Prefeito

Art. 94 - Compete ao Prefeito:

- I - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- II - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei;
- III - representar o Município em juízo e fora dele;
- IV - ordenar ou autorizar as despesas e pagamentos na conformidade do Orçamento e dos créditos abertos legalmente;
- V - abrir créditos extraordinários nos casos de calamidade pública, ad-referendum da Câmara;
- VI - celebrar convênios com a União, Estados, Municípios ou entidades particulares ad-referendum ou com autorização prévia da Câmara, quando comprometerem verba não prevista no orçamento.
- VII - impor multas estipuladas nos contratos bem como as que forem devidas ao Município e expedir ordens necessárias à sua cobrança;
- VIII - alienar bens patrimoniais do Município, mediante autorização prévia da Câmara quando for o caso;
- IX - declarar a utilidade pública de bens, para fins de desapropriações, decretá-las e instituir servidões administrativas;
- X - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos e aqueles explorados pelo Município, de acordo com os critérios gerais estabelecidos em lei local ou em convênio;
- XI - fazer aferir, pelos padrões legais, os pesos, medidas e balanças em uso nos estabelecimentos comerciais e similares, quando para isso o Município houver firmado convênio, na forma da lei;
- XII - prover os cargos públicos;
- XIII - convocar extraordinariamente a Câmara;
- XIV - dar publicidade, de modo regular, aos atos da administração, inclusive balancetes mensais e balanço anual;
- XV - apresentar anualmente à Câmara, no início do primeiro período de sessões ordinárias, relatórios sobre a situação do Município, suas finanças e seus serviços, sugerindo as medidas que julgar convenientes;
- XVI - enviar até o último dia útil de cada mês à Câmara, o balanço relativo a receita e despesa do mês anterior para conhecimento;
- XVII - enviar à Câmara, no prazo legal, o projeto de lei do orçamento anual e plurianual de investimentos;
- XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas:
 - a) até trinta e um de março de cada ano as contas e o balanço geral do Municí-

pio, juntamente com as contas da Câmara;

- b) até trinta e um de janeiro de cada ano, o orçamento municipal em vigor no exercício;
- c) dentro de dez dias contados da respectiva publicação, o teor dos atos que alterem o orçamento municipal provenientes de abertura de créditos adicionais e operações de crédito;
- d) até o prazo de dez dias, contados da data de sua respectiva publicação, a cópia das leis, decretos, instruções e portarias de natureza financeira e tributária municipal;
- e) até o último dia do mês seguinte o balancete financeiro municipal, no qual se deverá demonstrar discriminadamente a receita e despesa orçamentária, do período, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária nele efetuados, conjugados com os saldos em caixa e em bancos provindos do mês anterior e com os transferidos para o mês seguinte.
- XIX - prestar à Câmara, dentro de trinta dias, a contar da data da solicitação, as informações pedidas;
- XX - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;
- XXI - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos;
- XXII - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para a garantia de cumprimento de seus atos;
- XXIII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos e o uso de bens públicos por terceiros, respeitado o disposto na legislação pertinente;
- XXIV - promover a transcrição no Registro de Imóveis das áreas doadas ao Município em processo de loteamento;
- XXV - dar denominação a próprios, vias e logradouros públicos;
- XXVI - decretar a prisão administrativa do servidor da Prefeitura omissso ou remisso na prestação de contas dos dinheiros públicos sujeitados à sua guarda;
- XXVIII - superintender a arrecadação dos tributos preços e outras rendas, bem como a guarda e aplicação da receita dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XXIX - argüir a inconstitucionalidade de ato da Câmara;
- XXX - dispor sobre a estruturação e a organização dos serviços municipais observadas as normas legais pertinentes;
- XXXI - expedir portarias e outros atos administrativos, bem como, os referentes à situação funcional dos servidores;
- XXXII - praticar quaisquer atos de interesse do Município que não estejam reservados, explícita ou implicitamente, à competência da Câmara.

Art. 95 - O Prefeito poderá delegar por decreto, a seus auxiliares funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência, sendo, porém indelegáveis as atribuições a que se referem os incisos I, II, V, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX, XXII, XXVI, XXVIII e XXX.

SUBSEÇÃO VI

Da Extinção e Cassação do Mandato

Art. 96 - A extinção ou cassação do mandato do Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou de seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos na legislação federal.

SUBSEÇÃO VII

Das Incompatibilidades

Art. 97 - Aplicam-se ao Prefeito, no que couber, as incompatibilidades previstas no artigo 66.

SEÇÃO II

Da Administração Municipal

SUBSEÇÃO I

Dos Servidores Municipais

Art. 98 - Os Municípios observarão no regime jurídico dos seus servidores os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 99 - Os cargos públicos municipais serão acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1.º - A primeira investidura em cargo público, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.

§ 2.º - Os cargos em comissão, assim declarados em lei são de livre nomeação e exoneração.

§ 3.º - As Câmaras somente poderão admitir servidores mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, na forma do artigo 102.

Art. 100 - Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratados para funções de natureza técnica especializada.

Art. 101 - O Município será responsável pelos danos que seus servidores, nessa qualidade, causem a terceiros.

Parágrafo único - O Município proporá ação regressiva contra o servidor em caso de culpa ou dolo.

Art. 102 - As leis que criarem cargos nos quadros de funcionários da Câmara serão votadas em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas, e somente serão aprovadas se obtiverem o voto da maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo único - Aos projetos de lei de que trata este artigo, somente serão

admitidas emendas que de qualquer forma aumentem a despesa ou o número de cargos previstos, quando assinados pela metade, no mínimo, dos membros da Câmara.

Art. 103 - É vedada a participação dos servidores no produto da arrecadação dos tributos e multas.

Art. 104 - Lei municipal disporá sobre o estatuto dos seus funcionários.

Parágrafo único - Enquanto não for editada a lei referida neste artigo, aplicar-se-á, no que couber, o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Art. 105 - Os Municípios poderão estabelecer por lei ou convênio o regime previdenciário de seus servidores não sujeitos à legislação trabalhista.

Art. 106 - Aplicam-se, no que couber, aos funcionários das Câmaras, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Executivo.

Parágrafo único - Os vencimentos dos cargos do Quadro da Câmara não poderão ser superiores aos pagos pelo Executivo para cargos de atribuições iguais ou semelhantes.

SUBSEÇÃO II

Do Planejamento Municipal

Art. 107 - A administração municipal poderá ser auxiliada pelo Estado, através de suas Secretarias e demais órgãos, quando necessitar e solicitar assistência técnica.

Parágrafo único - Quando a assistência for prestada, o Município concorrerá com as despesas, na forma que se convencionar.

Art. 108 - Não serão concedidos pelo Estado, auxílios ou empréstimos a Municípios, sem prévia aprovação;

I - do respectivo plano de aplicação, pelo órgão estadual competente, no caso de auxílios;

II - do estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, por parte do órgão estadual competente para aprovar o projeto a que os mesmos se destinem, no caso de empréstimos.

SUBSEÇÃO III

Dos Atos Municipais

Art. 109 - A publicação dos atos municipais far-se-á em órgão oficial do Município ou em órgão de imprensa com circulação no município e, na falta destes, por edital fixado no edifício sede da Prefeitura e através do Presidente da Câmara, em local visível da respectiva sede.

Parágrafo único - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação dos atos municipais da Câmara e da Prefeitura depende de lei, e será único. Esta lei será publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 110 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedi-

dos com observância das legislações específicas.

§ 1.º - É obrigatória a publicação de todos os atos municipais que criem, modifiquem, extingam ou restrinjam direitos, especialmente as leis, decretos legislativos, resoluções, decretos, balancetes, balanços e razões de veto oposto no recesso da Câmara.

§ 2.º - Salvo os atos indicados no parágrafo anterior, os demais podem ser publicados em resumo.

§ 3.º - Independem de publicação os atos normativos internos, bem como os que declarem situações individuais, desde que notificados os seus destinatários para ciência e cumprimento.

SUBSEÇÃO IV

Das Certidões

Art. 111 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

Parágrafo único - A certidão relativa ao exercício de cargo de Prefeito, será fornecida pelo Presidente da Câmara, no mesmo prazo deste artigo.

SEÇÃO III

Dos Bens Municipais

Art. 112 - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, lhe pertençam.

Art. 113 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Art. 114 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) permuta.

II - quando móveis, dependerá de licitação:

a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social, devidamente fundamentado;

b) permuta.

III - as ações serão vendidas em Bolsa

de Valores, dependendo de autorização legislativa; se as ações não tiverem cotação em Bolsa, serão alienadas através de concorrência ou leilão.

§ 1.º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2.º - A venda, garantida a preferência aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis, resultantes de obra pública, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento poderão ser alienadas atendidas as mesmas formalidades.

Art. 115 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação, realizada por comissão especial homologada pelo Prefeito, e autorização legislativa.

Parágrafo único - Será dispensada a autorização legislativa, se a aquisição estiver expressamente prevista na lei orgamentária.

Art. 116 - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1.º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais, dependerá de lei e concorrência, e far-se-á mediante contrato sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2.º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3.º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

§ 4.º - A autorização poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta dias.

SEÇÃO IV

Das Licitações

Art. 117 - A realização de obras, obras e serviços, obedecerá ao princípio da licitação na forma da Legislação federal e

estadual pertinente, sem prejuízo da legislação complementar municipal.

SEÇÃO V

Da Administração Financeira

SUBSEÇÃO I

Do Orçamento Municipal

Art. 118 - O Município observará às normas da Constituição Federal e das leis federais sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos anuais e plurianuais de investimento.

Art. 119 - A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita.

§ 1.º - Não se incluem na proibição:

I - a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II - as disposições sobre a aplicação do saldo que houver.

§ 2.º - As despesas de capital obedecerão a orçamentos plurianuais de investimento.

§ 3.º - São vedadas, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

a) a transposição, sem prévia autorização legislativa, de recursos de uma dotação orçamentária para outra;

b) a concessão de créditos ilimitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

d) a realização, por qualquer dos órgãos Executivo e Legislativo municipais, de despesas que excedam os créditos orçamentários adicionais.

§ 4.º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em caso de necessidade imprevista, como calamidade pública e outras previstas em lei.

Art. 120 - O orçamento anual dividir-se-á em corrente e de capital, e compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenção ou transferências à conta do orçamento.

§ 1.º - A inclusão, no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos seus recursos, nos termos da legislação específica.

§ 2.º - A previsão da receita abrangerá todas as rendas e suprimentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito.

§ 3.º - Nenhum investimento cuja execução se prolongue além de um exercício fi-

nanceiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

§ 4.º - Nenhum tributo terá sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, instituir tributos cuja arrecadação constitua a receita do orçamento de capital vedada a sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 5.º - Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigorar até o término do exercício financeiro subsequente.

Art. 121 - As despesas de pessoal do Município não poderão exceder aos limites que a lei complementar federal estabelecer.

Art. 122 - É da competência do órgão Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1.º - Não será objeto de deliberação emenda de que decorra aumento da despesa global de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

§ 2.º - Os projetos de lei referidos neste artigo somente sofrerão emendas nas comissões do órgão Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço, pelo menos, dos membros da Câmara solicitar ao Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

§ 3.º - Ao órgão Executivo será facultado enviar mensagens enquanto estiver tramitando o projeto de orçamento, propondo a sua retificação, desde que não esteja concluída a votação da matéria a ser alterada.

Art. 123 - O Prefeito enviará à Câmara, até o dia trinta de setembro de cada ano, o projeto de lei orçamentária para o exercício seguinte. Se até trinta de novembro a Câmara não o devolver para sanção, será promulgado como lei o projeto originário do Executivo.

Art. 124 - As operações de crédito por antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder a quarta parte da receita total estimada para o

exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até trinta dias após o encerramento deste.

Parágrafo único - A lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo, as dotações a serem incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate durante o prazo para a sua liquidação.

Art. 125 - O numerário correspondente às dotações destinadas à Câmara será entregue mensalmente, em quotas estabelecidas na programação financeira da Fazenda municipal, com participação nunca inferior a estabelecida pelo Executivo para os seus próprios órgãos.

SUBSEÇÃO II

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 126 - A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida mediante controle externo da Câmara e controle interno do Executivo, instituídos por lei.

§ 1.º - O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas.

§ 2.º - O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do Município à Câmara de Vereadores, com parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 3.º - As contas do Prefeito e as da Câmara Municipal, bem como o balanço, serão enviados conjuntamente, ao Tribunal de Contas, até 31 de março do exercício seguinte, que exarará parecer prévio.

§ 4.º - A Câmara não poderá receber as contas encaminhadas pelo Prefeito sem o parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 5.º - O julgamento das contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas, far-se-á no prazo máximo de noventa dias a contar do recebimento do parecer, não correndo este prazo durante o recesso da Câmara.

§ 6.º - Decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação da Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas.

§ 7.º - É nulo o julgamento das contas do Prefeito e da Câmara pelo órgão legislativo municipal, quando o Tribunal de Contas não haja exarado parecer prévio.

§ 8.º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

§ 9.º - A prestação de contas relativas a subvenções, financiamentos, empréstimos e auxílios recebidos do Estado, ou por seu intermédio, serão prestadas, em separado,

diretamente ao Tribunal de Contas.

Art. 127 - As decisões da Câmara sobre as prestações de contas de sua Mesa e do Prefeito, deverão ser publicadas no órgão oficial do Município.

SUBSEÇÃO III

Da Receita Municipal

Art. 128 - A receita municipal constituir-se-á de arrecadação de tributos de competência do Município, das quotas de fundos federais e estaduais, de participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes da utilização dos seus bens, serviços e atividades e de outros ingressos.

SUBSEÇÃO IV

Da Despesa Municipal

Art. 129 - São despesas municipais: as de custeio; transferências correntes; investimentos, inversões financeiras e as transferências de capital.

SEÇÃO VI

Da Administração das Subprefeituras

Art. 130 - Nos Distritos onde forem instaladas subprefeituras, poderá haver administrador Distrital nomeado em comissão e com remuneração e atribuições fixadas em lei.

CAPÍTULO IV

Das Estâncias Hidrominerais

Art. 131 - A declaração de um Município como estância hidromineral ou o seu cancelamento depende de lei estadual e somente ocorrerá:

I - se for verificada a existência de fontes naturais de água dotada de elevado teor de propriedades terapêuticas e em quantidade suficiente para atender aos fins a que se destina;

II - se for comprovada a existência de condições relativas ao clima, altitude e outros requisitos que favoreçam a instalação de hotéis, sanatórios e similares.

Art. 132 - Na forma que a lei estabelecer, o Estado destinará, anualmente, recursos orçamentários à execução de obras e serviços que contribuam para o desenvolvimento das estâncias.

TÍTULO IV

Da Intervenção no Município

Art. 133 - O Estado intervirá no Município quando:

I - se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

II - deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

III - a administração municipal não prestar contas a que esteja obrigada na forma da lei;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação formulada pela autoridade estadual competente para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição do Estado, bem como para prover a execução de lei ou de ordem ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, se essa medida basta ao restabelecimento da normalidade;

V - forem praticados, na administração municipal, atos subversivos ou de corrupção;

VI - não tiver havido aplicação, no ensino fundamental, cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal.

§ 1.º - A intervenção será decretada pelo Governador, de ofício ou mediante provocação de dois terços, no mínimo dos membros da Câmara, ou do Tribunal de Contas, e a sua execução dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

§ 2.º - O ato de decretar a intervenção fixar-lhe-á a amplitude e duração.

§ 3.º - Aprovada a intervenção, o Governador nomeará o interventor.

§ 4.º - Cessada a intervenção ou cessados os motivos que a houverem determinado, tornarão ao exercício de seus cargos as autoridades municipais afastadas em consequência dela, sem prejuízo da eventual responsabilização.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 134 - Os pagamentos devidos pela Fazenda municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

Art. 135 - Os Municípios gozarão de redução de vinte por cento no pagamento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado.

Art. 136 - Na aplicação das rendas municipais destinadas aos serviços públicos, dever-se-á atender às necessidades dos distritos, em proporção à receita que produzirem.

Art. 137 - Os Municípios remeterão anualmente ao órgão de assistência aos Municípios, até 30 de abril, os balanços gerais do exercício anterior e os orçamentos da receita e da despesa do exercício, para efeito de pesquisa e documentação.

TÍTULO VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 138 - Enquanto não for criado o órgão auxiliar da fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios, o Tribunal de Contas auxiliará as Câmaras nesse encargo.

Art. 139 - Os Municípios serão isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como de certidões de registro de imóveis.

Art. 140 - Na legislatura que terminará em 31 de dezembro de 1988, os Vereadores eleitos para cargos da Mesa, no primeiro biênio, poderão ser reeleitos para os mesmos cargos no terceiro biênio do mandato em curso.

Art. 141 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, expresamente, as Leis Complementares ns. 2 de 18.06.1973; n. 5, de 06.01.1976; n. 9, de 26.06.1980; n. 11, de 08.07.1981; n. 12, de 17.11.1981; n. 15, de 21.06.1982; n. 22, de 19.11.1984; n. 23, de 30.11.1984 e Lei n. 03/84, de 29.08.1984.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 225/85, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DETETIVES E INVESTIGADORES CRIMINAIS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ - ADICEP, com sede e foro na Comarca de Curitiba. - Aprovado. (Public. no D.A. 97, de 24/09/85).

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 241/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 173/85), que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Com Parecer Favorável e Emenda da C.C.J., por unanimidade. Com Pareceres Favoráveis da C.F. e C.R.H., ao Projeto e à Emenda da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com Emenda de Plenário.

Em discussão o projeto e as emendas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Vossa Excelência declara aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 241/85, que estabelece o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, e coloca em votação agora a Emenda.

Vossa Excelência poderia declinar o teor da emenda e o autor?

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) O projeto só será aprovado ou rejeitado depois da votação das emendas. "O cargo de Diretor-Secretário símbolo DAS-3, fica transformado em cargo isolado de Diretor Administrativo de Provedimento Efetivo sobre o mesmo símbolo e mesma...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro que decline o nome do autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado por outros Srs. Deputados. Há mais duas emendas de 3.ª Discussão, de autoria do Deputado Caíto Quintana. A Mesa vai ler:

EMENDA DE PLENÁRIO N. 01

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 241/85

Art. - A Procuradoria Geral do Estado será dirigida por um Procurador Geral, nomeado em Comissão pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira e com mais de dez (10) anos de prática forense.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoiamento: CAÍTO QUINTANA, TRAJANO BASTOS,
ADHAIL SPRENGER PASSOS, GERNOTE KIRINUS e
TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A aspiração dos Procuradores do Estado, no sentido de que a Chefia de sua Organização seja dirigida por integrantes da carreira, aquinhoadas através dos anos com concursos públicos, é legítima, antiga e não ofende a restrição constitucional, nos termos em que vem sendo embasada a emenda.

Não há caráter restritivo porque não impede ao Governador do Estado o direito de livremente escolher entre centenas de Procuradores concursados e com prática dos atos públicos.

Não há também redução do Direito Constitucional, nem da habitualidade da escolha política, porque não se discrimina a listagem, nem a reduz, como habitualmente se faz com as listas triplices.

Por outro lado, profissionais treinados na defesa dos altos interesses do Estado, os Procuradores de Carreira, mais do que outrem, fora de seus quadros, estão habilitados a merecer a confiança perdida sempre que haja necessidade de renovação do auxiliar comissionado.

O pleito, ora transformado em emenda, é de muitos anos da categoria de Procuradores e, tanto quanto em organismos especializados de outros profissionais se procura fazer a representação pelos próprios profissionais especializados, na área da Procuradoria Geral do Estado a tese é majoritariamente consagrada e não se atrita com leis constitucionais."

EMENDA N. 02

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 241/85

O índice percentual fixado no art. 11 da lei estadual n. 7825, de 29 de dezembro de 1983, fica elevado para o mesmo percentual de que faz referência o art. 1.º da Lei Estadual n. 8089, de 05 de julho de 1985, reajustando-se, sempre que ocorra alteração do referido percentual.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoiamento: CAÍTO QUINTANA, TRAJANO BASTOS,
ADHAIL SPRENGER PASSOS, GERNOTE KIRINUS e
TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Entendem Procuradores e Advogados do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, pela constatação do princípio da isonomia nos atos da administração pública, que a equivalência da verba de representação entre integrantes de classe diversa, como Procuradores de Justiça e Procuradores e Advogados do Estado, decorre da natureza dos misteres que se atribuem aos mesmos. Uns, na defesa da sociedade, e outros, nos interesses do Estado, ambos enfrentam os mesmos problemas e dificuldades no trato das coisas públicas e, pelo contraditório nas ações e conflitos, tanto judiciais como administrativas, de referidos profissionais, se exige soma diligente de atuação a

justificar que recebam idêntico tratamento.

Inexplicavelmente, porém, a verba de representação é calculada em seus índices percentuais de maneira diferente, com insólita discrepância, em que o legislador tem o dever e o direito de corrigir.

Na hora em que os interesses nacionais, regionais e municipais tendem a merecer profundos reparos, a emenda que se introduz ao estatuto maior da Procuradoria Geral do Estado compatibiliza uma aspiração legítima.

O SR. NILSO SGUAREZI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai ler ainda a outra Emenda.

(É lida a Emenda)

Em discussão o projeto e as emendas.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Procuradoria Geral do Estado, eu acho que hoje, no momento em que se discute o projeto em Terceira Discussão, tenho a certeza, esta Casa aprovará o seu Estatuto, marca o fim de uma luta de longos anos.

Esta Casa tem testemunhado e testemunhou, em várias ocasiões, de que aqui a reivindicação do Estatuto da Procuradoria foi várias vezes levantada.

Lembro-me de que, em mandatos anteriores, assisti aqui vários Deputados se empenharem, para que o Estatuto que hoje é uma realidade viesse à Casa, pudesse ser discutido e ser votado. Hoje ele se toma, realmente, a concretização dessa necessidade jurídica, institucional, que o Paraná precisava.

Sua Procuradoria no curso da história política do Paraná, tem prestado grandes e relevantes serviços ao Estado do Paraná. E era até irônico, Senhor Presidente, e é ainda irônico que, o Estado que tem a obrigação de dar o exemplo de organização e de juricidade a todos os seus atos não tivesse ainda uma disciplina e uma ordem legal para os seus próprios Procuradores.

Esses seus advogados encarregados de pautarem de acordo com o encaminhamento jurídico todos os atos do Governo, não só sobre o aspecto moral, mas, principalmente, sobre o aspecto jurídico.

Fosse exatamente, existisse essa lacuna onde deveria o Estado dar o exemplo. Por isso, a conquista é relevante, em que agora a Procuradoria terá o seu Estatuto, e vale dizer, os advogados do Estado terão as suas garantias, os seus direitos e as suas obrigações realmente institucionalizadas; onde uma carreira das mais dignas e justas possa ser exercida com toda a segurança e com todas as prerrogativas que esta lei haverá de conferir.

Acompanhei a tramitação desse projeto, pelas Comissões. Fui autor do requerimento, inclusive que dá Regime de Urgência a este projeto de lei. Fui levado por alguns pedidos, Senhor Presidente, a apresentar uma emenda de Plenário, que foi aprovada na 2.ª votação, e hoje se encontra em discussão.

Todavia, Senhor Presidente, não posso me furtar a atender ao pedido da Liderança, da minha Bancada, que me solicita seja esta emenda retirada, porque ela seria a única a ser aduzida, ou ser apresentada neste Parlamento. Bem sei, de que este Estatuto foi amplamente, democraticamente debatido dentro da própria Procuradoria Geral do Estado, e ele é fruto do empenho da Associação dos Procuradores do Estado, que vêm há longos anos, como eu disse, numa luta incessante para que isto se tornasse realidade.

Acredito então, de que a Liderança da minha Bancada tem razões políticas suficientes, para nos formular este apelo. E, em razão destas considerações, bem como, por ter sentido de diversos parlamentares, que se mostram contrários à transformação desta cargo da Secretaria, poderíamos dizer, da Secretaria Geral da Procuradoria. Apresento à Mesa e solicito a Vossa Excelência que seja retirado, e eu o faço na condição de autor da emenda, esta emenda que visa alterar dispositivos do presente Estatuto.

Por outro lado, Senhor Presidente, conclamo às demais Lideranças partidárias, que dêem por aprovado em 3.^a votação, a fim de que neste período regular e regimental, possamos realmente cumprir todo o processo legislativo, para que o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado se tome uma realidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa defere a retirada da emenda.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realmente, o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado é velha e justa reivindicação da classe dos advogados do Estado do Paraná. Já tive a oportunidade de acompanhar a Mensagem Governamental em tramitação, nas Comissões desta Assembléia Legislativa.

Tive a oportunidade de relatá-la favoravelmente e acolher naquela ocasião, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, emenda apresentada por um Deputado do Governo. Nós sabemos que se trata de Lei Complementar e, em consequência, exige “quorum” qualificado para a sua aprovação.

A Bancada do Partido da Oposição nesta Casa, mesmo sabendo tratar-se de uma Mensagem de autoria do Governo do Estado, em nenhum momento recusou o seu apoio, ou negou-lhe o seu auxílio, para que os advogados do Estado do Paraná tivessem hoje a sua Lei Complementar aprovada. Após termos aprovado, neste Plenário, o Estatuto do Magistério e as outras leis complementares, era necessário que o Governo voltasse os seus olhos, apesar do atraso de três anos, do atual Governo, para a classe dos advogados do Estado do Paraná.

Portanto, quero declarar que a Bancada da Oposição na Assembléia Legislativa, vota favoravelmente à Emenda do Governador José Richa, aliás, ao projeto de lei do Governador José Richa, e votará favoravelmente, também, às duas emendas de Plenário que complementam a aspiração da classe dos advogados do Estado do Paraná.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Continuam em discussão as Emendas.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Considerando que o Deputado Nilso Sguarezi retirou a emenda de sua autoria, requeiro a Vossa Excelência que determine a leitura da emenda que está

em discussão neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Estão em discussão as emendas e o Projeto. Há uma emenda de autoria do Deputado Mário Pereira:

“A Procuradoria Geral do Estado será dirigida por um Procurador Geral nomeado em Comissão pelo Governador do Estado, entre integrantes da carreira, e com mais de dez anos de prática forense”.

Essa emenda a Mesa não vai receber. É matéria constitucional.

O Sr. Mário Pereira — Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Pela Ordem, tem a palavra o Senhor Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Solicito a retirada das duas emendas de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Deferido.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Consulto Vossa Excelência, em que base regimental Vossa Excelência defere a retirada da emenda do Deputado Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — É autor da emenda.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — A emenda encontra-se em processo de votação e Vossa Excelência não pode determinar a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa informa a Vossa Excelência que está em fase de discussão.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em discussão.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Em votação do projeto e em votação a emenda e eu subscrevo igualmente emenda com o mesmo teor do Deputado Mário Pereira e solicito de Vossa Excelência que determine...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Senhor Presidente, pela ordem, a emenda já foi retirada.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — ...determine Vossa Excelência a leitura do teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Uma emenda à Mesa, ex-officio, determinou a sua retirada por se conflitar com dispositivo constitucional.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu recorro da decisão de Vossa Excelência em não aceitar a emenda, ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa, embora tenha plena consciência de estar agindo corretamente, de acordo com a Constituição do Estado ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência quer declinar o artigo da Constituição em que Vossa Excelência se baseia para tomar a decisão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa apontaria o dispositivo constitucional e vai ler o artigo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Qual dispositivo constitucional?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Artigo 62.

(Lê o artigo)

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — (Pela Ordem). Eu não posso concordar com o raciocínio de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência há de ler outro dispositivo constitucional que diz que o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado deve ser regido por Estatuto próprio como uma lei complementar. Consequen-

temente, o que é necessário, é depois que haja uma adaptação do texto constitucional, ao dispositivo do Estatuto aprovado por esta Assembléia e Vossa Excelência também incorre em erro, data venia, quando considera o assunto em fase de discussão, quando o próprio Presidente desta Assembléia encaminhou a votação do projeto.

Conseqüentemente Vossa Excelência não pode, ex-officio, determinar a retirada de qualquer emenda do Plenário e faço um apelo ao bom senso de Vossa Excelência, para que nós não frustremos a votação dos advogados do Estado do Paraná, pois que Vossa Excelência sabe que não existe número regimental e Vossa Excelência sabe que a Bancada da Oposição pode se valer de qualquer outros dispositivos para invalidar a decisão de Vossa Excelência. Em conseqüência, apelo a Vossa Excelência para que aceite normalmente em processo de votação, as emendas regimentalmente apresentadas nesta Assembléia Legislativa, e que como há um entendimento e um acordo de Lideranças, no sentido de que a primeira emenda do Deputado Nilso Sguarezi seja retirada, Vossa Excelência não pode agora, em processo de votação e não discussão da matéria, entender que pode retirar quaisquer emendas ao alvedrio do que dispõe o Regimento Interno do Estado do Paraná, apenas para ser agradável aos ocupantes do Palácio Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa não é agradável a Mantém a sua decisão. Vai atender ao requerimento de Vossa Excelência. Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

Aprovado.

EMENDA N. 2 — Em discussão a Emenda.

Em votação.

A Mesa adverte que serão necessários 30 Senhores Deputados para aprovação da emenda. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — (Pela Ordem). Senhor Presidente. Vossa Excelência pode anunciar o autor da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Deputado Mário Pereira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mário Pereira e quem mais, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem o apoio do Deputado Caíto Quintana, Tadeu França, Trajano Bastos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Esta é uma emenda de autoria da Liderança do Governo, que se comprometeu com os Procuradores do Estado do Paraná em aprová-la, e Vossa Excelência está verificando que a Bancada do PMDB vota contra. Isto não é para nós, que estamos no dia a dia na Assembléia, não é novidade nenhuma. É apenas mais uma manobra do Partido do Governo.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — O nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, ao invés de levantar uma questão de ordem, preferiu debater o assunto. Não existe assinatura do Deputado Caíto Quintana nessa emenda como Líder, mas sim como Deputado, individualmente. E a Bancada não se reuniu, e não assumiu compromisso dessa natureza.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — É que de manhã ele é Deputado e à noite ele é Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em votação a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. REJEITADA A EMENDA.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Vai-se proceder a verificação de votação. A Mesa adverte que são necessários 30 Senhores Deputados para a aprovação da emenda. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

5 Senhores Deputados aprovam a emenda.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

REJEITADA A EMENDA.

Há também uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça — aprovada em segunda discussão. Em votação a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, queiram permanecer como estão.

APROVADA, por unanimidade.

Está em votação o Projeto. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão.

APROVADO, por unanimidade.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar n. 242/85, do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 177/85), que objetiva acrescentar parágrafo 3.^o, ao artigo 49, da Lei n. 5849, de 25.09.68. (Estatuto do Ministério Público do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Emenda. APROVADA.

Projeto. APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 199/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO", com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) — Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Será procedida a verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Será procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — 26 Senhores Deputados responderam a chamada. Não há quorum para votação. Só para prosseguimento da sessão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 200/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PORTO ALEGRE", com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em

REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 201/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública o “SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FORMOSA DO OESTE”, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 203/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PRÉ-SINDICAL DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS”, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 213/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 174/85), que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Centenário do Sul, área de terras medindo 10.440,00m², destacada do lote n. 111, Gleba 2, situada na Colônia Centenário, com benfeitorias, objeto de transcrição n. 9745 de 12.09.60, do Livro 3-H, fls. 245, do Cartório do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da comarca de Jaguapitã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 220/85, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIAÇU — APAE”, com sede e foro no município de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 226/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao município de Jataizinho, os lotes datas n. 10 e 12 da quadra 14; lote n. 09 da quadra 14; e lotes datas n. 01, 03, 05, 07, 09 e 11 da quadra 15, todos da zona urbana de Jataizinho, de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 230/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal, no valor de 01 (um) salário mínimo aos portadores de Hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho e sem condições econômicas de sobrevivências e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 233/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina de “RODOVIA PREFEITO MISDEI MORESCHI” a Rodovia PR-546, que interliga os municípios de Floresta/Itambé a Bom Sucesso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em

REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 236/85, de autoria dos Deputados RUBENS BUENO e FIORI LUIZ, que denomina “RODOVIA FRANCISCO DELIBERADOR”, a estrada que liga Ibiporã - Sertãoópolis, PR-090. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 239/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 183/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo permutar terreno com área de 3.659,16m², no município de Paulo Frontin, por outro do município de Paulo Frontin, com área de 5.167,51m², conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

CIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 240/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 185/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao município de Piên, de terreno e benfeitorias nele existentes, situado à rua L, na sede da municipalidade, objeto de Transcrição n. 368, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 247/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 264/85, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO SANCARLENSE DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL — ASPE”, com sede e foro no município de São Carlos do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 270/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a “PASTORAL DE BAIRROS RESPONSÁVEL PELAS VILAS MESSIAS E ANTÔNIO”, esta ligada à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 38/85, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo criar a 20.^a Subdivisão Policial com sede no município de Nova Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 40/85, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que dá nova redação ao art. 15 da Lei n. 4617, de 16.07.62, conforme específica. (Orçamento do Estado consignará anualmente, importância nunca inferior a um mínimo de 1% de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 68/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 92/85), que objetiva a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em Comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e EMENDA, por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, devidamente apoiada, bem como do Senhor Deputado Ezequias Losso, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE N. 1 AO
PROJETO DE LEI N. 68/85

Inclua-se onde couber:

“Art. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, 01 (um) cargo em Comissão D.A.S.-5, de Assessor Parlamentar.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoio: Ivan Gubert, Tuguio Setogutte, Basílio Zanusso e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A Bancada da Frente Liberal conta hoje com 10 (dez) Senhores Deputados e não tem o cargo em Comissão DAS-5, a exemplo dos demais gabinetes, com igual número de Parlamentares ou mais.

Razão porque apresentamos a presente emenda para que haja uma equidade nesta Casa de Leis.

EMENDA DE N. 2 AO
PROJETO DE LEI N. 68/85

Art. - As férias não gozadas e já atingidas pela prescrição poderão ser contadas em dobro, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, se o funcionário público estadual requerer no prazo de 120 (cento e vinte) dias da vigência desta lei.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Indiscutivelmente a participação do funcionário público estadual tem sido decisiva para o desenvolvimento da nossa terra.

No afã de bem cumprir com suas obrigações, em não raras vezes o funcionário permanece durante os 12 meses do ano em plena atividade. Deixa, conseqüentemente, de gozar as férias a que tem direito e até mesmo de contá-las em dobro, caindo na prescrição.

Em duas ocasiões foi dada a oportunidade para a concessão de medida, uma das quais no atual Governo.

Muitos há, porém, que ainda não foram beneficiados. A estes, a emenda em tela visa atender.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 124/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que dispõe o cálculo da gratificação de que trata o inciso III, do art. 172, da Lei n. 6174, de 16.11.70, dever-se-á considerar como vencimento a importância devida ao servidor como remuneração básica de seu cargo, acrescida dos percentuais, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS DA C.F. e C.R.H., ao SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 128/85, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA e outros, que cria sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral e da outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 273/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e OUTROS, que denomina de “JOSÉ ADAMOWICZ” o trecho de Rodovia PR-239, compreendido entre as cidades de Cândido de Abreu e Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 115/85 (Mensagem n. 123/85 — ex-Proposição n. 107/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e Municípios de Enéas Marques, Francisco Beltrão e Umuarama, objetivando respectivamente, a realização do I Encontro de Produtores de Leite: a realização da EXPOBEL englobando seis exposições; e realização da XII Feira Exposição Agropecuária e Industrial. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 116/85 (Mensagem n. 127/85 — ex-Proposição n. 115/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, EMOPAR e os municípios mencionados objetivando execução de obras de reparos nas Delegacias de Polícia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 117/85 (Mensagem n. 132/85 — ex-Proposição n. 120/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios mencionados, com a participação da COMEC, objetivando de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 118/85 (Mensagem n. 137/85 — ex-Proposição n. 123/85), oriundo do

Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13.05.82, entre o Estado do Paraná e a CIC, com interveniência do Município de Curitiba, objetivando desenvolvimento do "Programa de Industrialização do Município de Curitiba". EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 119/85 (Mensagem n. 142/85 — ex-Proposição n. 124/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná sob o n. 105/85, em 31.07.85, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, figurando como intervenientes a Secretaria da Agricultura, ACARPA/EMATER, IAPAR, ITC, CAFE DO PARANÁ, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 120/85 (Mensagem n. 143/85 — ex-Proposição n. 125/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Paraná através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior e da COPEL, com a TELEPAR e o município de Curitiba, objetivando execução da 1ª etapa do Projeto "UNIBASE", na região Metropolitana do referido Município. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 121/85 (Mensagem n. 145/85 — ex-Proposição n. 127/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Município mencionados, com interveniência da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Especial para Desenvolvimento da Infra-Estrutura dos Municípios — Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 122/85, (Mensagem n. 146/85 — ex-Proposição n. 129/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 20/02/85 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Cultura e Esporte e Municípios mencionados, objetivando prover os Municípios de equipamentos esportivos, com vistas à execução do Projeto de Polarização do Esporte. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 123/85, (Mensagem n. 149/85 — ex-Proposição n. 132/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a CEF, de 14/02/80 e do seu termo aditivo de 16/05/83, objetivando aplicação de recursos do Programa Especial de Módulos Esportivos — PEME com vista à implantação de módulos esportivos nos Municípios de Ivaí e Salto do Lontra. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 124/85, (Men-

sagem n. 153/85 — ex-Proposição n. 135/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 299/85, celebrado em 16/08/85, entre o Estado do Paraná e o Município de Santa Mariana, com vista à aplicação de recursos financeiros do Programa de ação Municipal — PRAM. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 125/85, (Mensagem n. 159/85 — ex-Proposição n. 139/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Protocolo de cooperação celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul, com interveniência das Secretarias da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica entre os signatários com vista a execução de um Programa de Implantação de microdestilarias de álcool no Estado do Mato Grosso do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 126/85, (Mensagem n. 161/85 — ex-Proposição n. 141/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, objetivando cooperação técnica e financeira com vista à execução do Programa de Microdestilarias de Alcool. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 127/85, (Mensagem n. 164/85 — ex-Proposição n. 144/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, nas datas e com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 128/85, (Mensagem n. 165/85 — ex-Proposição n. 145/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, o Município de Telêmaco Borba e a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A., com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 129/85, (Mensagem n. 168/85 — ex-Proposição n. 148/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da EMOPAR, objetivando construção de prédios destinados a abrigar unidades da Polícia Militar nos Municípios de Marilândia do Sul, Guaraniaçu e Jaguariaíva. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 130/85, (Mensagem n. 160/85 — ex-Proposição n. 140/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre

o Estado do Paraná em 13.03.85 através da Secretaria da Indústria e Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnico-financeira com vista a dar continuidade na execução do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba". EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 134/85, (Mensagem n. 163/85 – ex-Proposição n. 143/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes e datas que especifica, visando execução do Projeto "Pesquisa e Cadastramento Industrial para elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses". EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 135/85, (Mensagem n. 166/85 – ex-Proposição n. 146/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios mencionados, com interveniência do DER, visando a execução de obras integrantes do Projeto "PROSAFRAS". EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 136/85, (Mensagem n. 169/85 – ex-Proposição n. 149/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Empresa de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR, com as partes, datas e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 137/85, (Mensagem n. 172/85 – ex-Proposição n. 152/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o INCRA, objetivando ação coordenada entre o INCRA e o Estado para execução de ações fundiárias, compreendendo as atividades de assentamento de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) famílias de agricultura no Município de Manguaçu. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 139/85, (Mensagem n. 181/85 – ex-Proposição n. 153/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.08.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios mencionados com participação da COMEC, objetivando execução e implementação de atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, Subprojeto PROPAV", que visa implantação de obras que beneficiem o Sistema de Transportes Públicos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 140/85, (Mensagem n. 157/85 – ex-Proposição n. 137/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em

22.02.85 entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, da Secretaria de Emprego e Salário e da DRT/PR, com vistas à implementação do SINE, no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 141/85, (Mensagem n. 167/85 – ex-Proposição n. 147/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da EMOPAR, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas das municipalidades mencionadas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 142/85, (Mensagem n. 170/85 – ex-Proposição n. 151/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, de 18.04.85, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios mencionados, objetivando ação conjunta para execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 143/85, (Mensagem n. 182/85 – ex-Proposição n. 154/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com município de Cambira em 05.08.85, visando fomentar a cafeicultura local através da produção, embalagem e distribuição de mudas de café; com município de Ribeirão Claro em 12.08.85, visando formação de viveiros de mudas de café, para restauração da cafeicultura paranaense. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 144/85, (Mensagem n. 189/85 – ex-Proposição n. 156/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.09.85 entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando preparação do "Subprojeto Aglomeração Urbana Londrina-Maringá/METRONOR" do Projeto Especial Cidades de Porte Médio". EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 145/85, (Mensagem n. 158/85 – ex-Proposição n. 138/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25.01.85, entre o Estado do Paraná e a Telecomunicações Brasileiras S/A, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, com objetivos mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 146/85, (Mensagem n. 162/85 – ex-Proposição n. 142/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e nas datas que especifica, visando execução do Projeto "Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos" nos municípios mencionados. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 154/85, (ex-Proposição n. 71/85), oriundo de PARECER DA COMISSÃO DO ORÇAMENTO aprovado por unanimidade, e que referenda nos termos do art. 5º, da Lei n. 7.986 de 05.12.84, os Orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1985, todos constantes do Decreto n. 4684 de 02.01.85. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 154/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam referendados nos termos do art. 5º, da Lei n. 7.986, de 05 de dezembro de 1984, os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1985, todos constantes do Decreto n. 4.684, de 02 de janeiro de 1985.

FUNDAÇÕES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Fundação Edison Vieira

Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná – FAMEPAR

Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná – FIDEPAR

Fundação Teatro Guaíra – FTG

Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR

Fundação Universidade Estadual de Londrina – FUEL

Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa – FUEPG

Fundação Universidade Estadual de Maringá - FUEM

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória

Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana

Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho

Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro

Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR

Fundação de Promoção Social do Paraná – PROMOPAR

Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná – ITCF

AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná – IPE

Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE

Instituto de Assistência ao Menor – IAM

Departamento de Trânsito – DETRAN

Junta Comercial do Paraná

Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente – SUREHMA

Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR

Departamento de Estradas de Rodagem – DER

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná – IPEM - Pr.

Faculdade de Educação Musical do Paraná

ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL

Departamento Estadual de Estatística - DEE

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC

Loteria do Estado do Paraná

Coordenação da Receita do Estado – CRE

Departamento Estadual de Administração de Material – DEAM

Departamento Estadual de Transporte Oficial – DETO

Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem – DAMI

Biblioteca Pública do Paraná

Colégio Estadual do Paraná

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresas de Obras Públicas do Paraná – EMOPAR

Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR

Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER

Empresa Paranaense de Classificação de Produtos – CLASPAR

Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1985

(a) TRAJANO BASTOS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROPOSIÇÃO N. 71/85

PARECER:

Em cumprimento ao estabelecido no artigo 5º da lei n. 7.986, de 5 de dezembro de 1984, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia Legislativa, para o devido referendamento, os Orçamentos das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, devidamente aprovados pelo Poder Executivo através de decreto.

Esta é a segunda vez que a Assembléia Legislativa é chamada a pronunciar-se sobre orçamentos das entidades de administração indireta, por força de dispositivo inserido na lei de meios referente ao exercício de 1984 por iniciativa desta Casa de Leis.

O conhecimento dado ao Legislativo, da atuação futura das empresas administradas pelo Estado e geridas com recursos do povo do Paraná faz com que, o poder fiscalizador desta Casa seja exercido, senão em sua plenitude, mas dentro das medidas necessárias.

Do exame da matéria, com seu conteúdo técnico, refletin-

do uma situação proposta para o exercício financeiro de 1985, podemos opinar que reflete, quanto ao seu conteúdo, os interesses do Estado. E, em se tratando somente de homologar os orçamentos próprios anteriormente descritos e aprovados por decreto pelo senhor Governador, o nosso parecer é favorável à **HOMOLOGAÇÃO**, na forma da minuta de projeto de resolução a este anexado. Visto ser, na verdade, a homologação, ato de retificação ou de conformação, não dá direito novo nem novo título, não dispondo, pois, de modo diferente àquele ajustado ou estabelecido no ato homologando e homologado, somente lhe dá força e ativa o direito de execução.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1985

(aa) HERMAS BRANDÃO — Presidente

TRAJANO BASTOS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Issa Jabur, ocorrido no dia 30 de novembro do corrente ano, no município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Editorial do Jornal "O Paraná" sob o título CARTA ABERTA AO PRESIDENTE SARNEY, no qual o jornalista Emir Sfair faz a defesa da construção da Ferrovia da Produção. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à delegação paranaense que participou do II ENDAL (II Encontro Nacional de Diretores Legislativos), ocorrido entre os dias 24 e 27 de novembro do corrente ano, na Capital Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 40.^o aniversário do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para o pagamento do 13.^o salário do funcionalismo público no município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo uma nova cota de soro destinada ao combate à desidratação no Distrito Administrativo de Rancho Alegre D'Oeste, no município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, visando a liberação de recursos de ordem financeira para o pagamento do 13.^o salário ao funcionalismo do município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República e Ministro da Fazenda, encarecendo a aplicação do cálculo do I.N.P.C.A. para correção das Cadernetas de Poupança após 31

de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social e ao Senhor Diretor Superintendente ao INPS, encarecendo a construção de uma unidade hospitalar do INPS, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a destinação de verbas para o pagamento do 13.^o salário aos servidores do município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 199, 200, 201, 203, 213, 220, 226, 230, 233, 236, 239, 240, 247, 264 e 270/85.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 38/83, 40, 68, 124, 128 e 273/85; e dos Projetos de Resolução n. 115 a 130, 134 a 137, 139 a 146/85.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 154/85

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 153/85

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 261/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDGARD PIMENTEL, EM SESSÃO DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1985.

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE SARNEY

Emir Sfair - Jornal "O PARANÁ"

Caro presidente. Desculpe a intimidade mas temos algo em comum: como o senhor, também jamais sonhei em ser presidente, fiz o curso de Direito trabalhando em jornal e o cheiro da tinta acabou sendo mais forte que o apelo da Justiça. O destino mudou a sua vida. Espero que mude também a nossa vida. Não pediria, o que vou pedir ao senhor, a outros presidentes. Nem a Jânio — como o senhor, um bom escritor — mas um homem mais ligado ao sobrenatural que à vida terrena; nem a Jango, um sonhador, nem a Castello, um inflexível, nem a Costa e Silva, um demagogo. Não pediria a Médici, porque não me permitiriam a ele chegar, nem a Geisel — apesar da intimidade que esta região tem com ele e muito menos a Figueiredo, pois ele podia me prender e arrebentar. Mas com o senhor é mais fácil conversar. Afinal é na alma do poeta que repousam as esperanças de toda a Nação. E nós, embora críticos de setores de seu governo, confiamos na sua sensibilidade.

Presidente. Nós gostamos da história, apreciamos o nosso passado, mas nos preocupamos quando o passado remoto se torna presente. Nós somos grandes produtores de grãos e a última safra nos colocou numa li-

derança sem precedentes neste País. 64% do trigo nacional saiu de nossos campos. Temos respondido a todos os apelos do governo, mesmo quando a responsabilidade da Nação estava em mãos incompetentes. Jamais vacilamos. Mas veja, presidente: para chegarmos ao Porto de Paranaguá com nossa produção, somos obrigados a transpor uma ferrovia inaugurada em 1885 pelo Imperador D. Pedro II. Esta é uma ferrovia que opera milagres. Segundo um estudo feito por técnicos japoneses, pelo volume que ela transporta, é possível que seus funcionários carreguem os vagões às costas. Mas o milagre maior, presidente, é que toda a nossa exportação se faz por mar e para chegar ao porto de Paranaguá, o Paraná tem duas opções viárias: a rodoviária e a ferroviária. Mas veja, presidente: apesar de ser uma ferrovia obsoleta, com a mesma bitola métrica, a mesma rampa máxima de 3% e as mesmas curvas de 71 metros, a ferrovia não fica muito atrás da capacidade da moderna rodovia, com duas pistas e todos os investimentos em asfalto, obras de arte, etc.

Calcule, presidente, se tivéssemos uma ferrovia moderna, saindo aqui da zona de produção, recebendo ramais do Paraguai e da Argentina, e chegando ao Porto de Paranaguá. Imagine, presidente, uma ferrovia com um comando integrado que a exemplo da Vale do Rio Doce, integra armazenamento, transporte rodo-hidro-ferroviário, porto e navegação marítima. Uma estrada de ferro com seus trilhos estendidos de Assunção (Paraguai) e Misiones e Corrientes (Argenti-

na) até o Porto de Paranaguá. Há um cálculo de carga para o fim do século: 28 milhões de toneladas de grãos, 5 milhões de toneladas de carga em geral.

A Ferrovia da Produção, presidente, é um elemento fundamental na viabilização de nossa agricultura, pois é inegável que sem a redução do preço do frete, através de mecanismos inteligentes, jamais conseguiremos ser competitivos a nível internacional.

Sonhamos até, presidente, pela qualidade de nossa soja, bem superior em teor de óleo e proteínas à soja americana, juntar um dia a nossa produção a do Mato Grosso do Sul, da Argentina, do Paraguai, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e, com uma quantidade competitiva, criar o terceiro mercado "spot" do mundo, depois de New Orleans e Roterdã. Mas é preciso, para que isso aconteça, que tenhamos preço, e este só será possível no dia em que o frete sofrer a a sonhada redução de US\$ 30 para US\$ 16 por tonelada.

A idéia, presidente, é de Francisco Simeão Rodrigues, um empresário que é misto de maranhense e paranaense e está encampada por todos os empresários de nosso Estado, pelos agricultores e pelas lideranças do Paraná, de Mato Grosso do Sul, do Paraguai e da Argentina (Misiones). O apoio não é só político, todos querem participar com capital de risco. Mas precisamos de seu aval, de seu apoio, de sua palavra de ordem. O resto, deixe conosco. Obrigado pela atenção, e felicidades na sua missão histórica. Pelo Brasil.